



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CAMILA CALDAS MANCIOLA

MIGRAÇÕES RECENTES: Estudo do perfil socioeconômico dos
migrantes para o Distrito Federal no ano 2000.

Brasília – Distrito Federal

Setembro - 2012

CAMILA CALDAS MANCIOLA

MIGRAÇÕES RECENTES: Estudo do perfil socioeconômico dos
migrantes para o Distrito Federal no ano 2000.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Geografia
da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz
Araújo Sobrinho

Brasília – Distrito Federal

Setembro - 2012

CAMILA CALDAS MANCIOLA

MIGRAÇÕES RECENTES: Estudo do perfil socioeconômico dos migrantes para o Distrito Federal no ano 2000

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Orientador /GEA

Prof.^a Dr.^a Marli Sales

Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto

Brasília, setembro, de 2012

A Breno, Bernardo e Letícia por serem
as razões da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rita e Cezar, por me darem a vida e exemplos do que fazer ou não com ela.

À minha irmã Carol, companheira sempre, às minhas irmãs Ana Luísa e Marina e aos meus cunhados Alan e Fernando, por serem parte fundamental da minha vida.

Aos meus sogros, Ana Lucia e Nelson, por serem verdadeiros pais que sempre apoiam e estão ao meu lado.

Ao professor Fernando Araújo Sobrinho pelos ensinamentos passados ao longo de tantas disciplinas e pela orientação na conclusão da monografia.

Aos amigos de Brasília e Salvador, especialmente Priscila e Taís, que mesmo de longe estão sempre presentes.

A Bernardo e Letícia, pelo amor incondicional e por serem a minha inspiração para me tornar cada dia uma pessoa melhor.

A Breno, o amor da vida, meu alicerce e companheiro de todas as horas. Obrigada pelo carinho, pela paciência e pelos ensinamentos.

RESUMO

O tema das migrações internas no Brasil se faz relevante para a compreensão do padrão migratório do país em épocas passadas e recentes. As atuais mudanças ocorridas no âmbito social, político e econômico ocasionam modificações na ocorrência do fenômeno migratório do país e no perfil da população que migra dentro do território nacional. O Distrito Federal neste contexto aparece historicamente como polo de atração de migrantes que buscam a melhoria da condição de vida. Este trabalho busca identificar a condição de vida dos migrantes no Distrito Federal a partir de dados dos Censos Demográficos. Entender quem são os migrantes no Distrito Federal, de que lugar do Brasil e em que época eles migraram e como se constituem por sexo, idade e escolaridade são os propósitos do trabalho. Com maior ênfase, objetiva-se traçar o perfil socioeconômico da população migrante para o Distrito Federal através de dados do Censo Demográfico de 2000. Para tanto, a leitura de estudos sobre o tema das migrações internas no Brasil e a análise do processo histórico de consolidação do Distrito Federal como influente no cenário socioeconômico e político responsável pela sua atratividade migratória foram considerados como primeiro procedimento metodológico do trabalho. Sequencialmente, o exame dos dados dos Censos Demográficos, especialmente do Censo Demográfico de 2000, possibilitou a caracterização através de dados como cor ou raça, sexo, educação e faixa etária, do migrante no Distrito Federal. A análise desses dados propiciou o desenvolvimento do perfil do migrante no Distrito Federal e da sua condição de vida na Unidade de Federação. O migrante nordestino, do sexo feminino, em idade ativa de 15 a 59 anos, proveniente e destinado a uma área urbana, com baixa escolaridade e renda caracteriza a população migrante no Distrito Federal segundo as informações do IBGE. As informações corroboram que as diferenças regionais do Brasil se refletem nas características dos migrantes que, a depender da região de origem, possuem uma melhor ou uma pior condição de adaptação e fixação na localidade de destino.

Palavras-chaves: migração interna, Censo Demográfico e Distrito Federal.

ABSTRACT

The issue of internal migration in Brazil is relevant to understanding the migratory pattern of the country in past and recent times. The current social, political and economic changes lead to shifts on the occurrence of migration in the country and on the profile of the population that migrates within the national territory. In this context, Federal District appears historically as a pole of attraction for migrants seeking better living conditions. This work seeks to identify the conditions of life of migrants in the Federal District from data Censuses. The purposes of this work are to understand who the migrants in Federal District are, where they come from, in which period they migrated and how they can be characterized by sex, age and education. With greater emphasis, this work aims to describe the socioeconomic profile of the migrant population of Federal District through Census data from 2000. Therefore, the reading of studies on the subject of internal migration in Brazil and the analysis of the historical process of consolidation of Federal District as an influential place in the socioeconomic and political scenario for its attractiveness were considered as a first methodological procedure. Afterwards, data analysis from population censuses, especially the Census from 2000, allowed the characterization of Federal District migrants by color or race, sex, education and age. Analysis of these data led to the development of the profile of the migrant and their living conditions in Federal District. Northeastern female migrants with a working age of 15 through 59 years, from and destined to urban areas, with low education and low income characterizes the average migrant in Federal District. This information corroborates that regional differences in Brazil are reflected in the characteristics of migrants, who have a better or a worse condition adaptation and fixation at the destination location depending on their region of origin.

Key-words: Internal migration. Demographic Census. Federal District.

SUMÁRIO

	Introdução	11
1	Migrações internas no Brasil	17
2	A evolução do estudo das migrações nos Censos Demográficos	21
3	Migrações no Distrito Federal	25
4	O perfil do migrante para o Distrito Federal no Censo 2000	28
4.1	O Censo Demográfico de 2000	28
4.2	O perfil do migrante segundo a informação de lugar de nascimento..	30
4.3	O perfil do migrante segundo a informação de lugar de residência por tempo ininterrupto de residência atual	33
4.4	O perfil do migrante segundo o lugar de residência há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa	39
5	Outras fontes de dados sobre migração	47
	Considerações finais	54
	Referências	58
	Referências eletrônicas	60
	Apêndice A – O Censo Demográfico de 2010	62

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Pirâmide etária da população não natural do Distrito Federal. Ano 2000	32
Gráfico 2 - Pessoas não naturais do Distrito Federal que residiam a menos de 10 anos na Unidade de Federação por região de procedência – 1970	35
Gráfico 3 - Pessoas não naturais do Distrito Federal que residiam a menos de 10 anos na Unidade de Federação por região de procedência – 1980	36
Gráfico 4 - Pessoas não naturais do Distrito Federal que residiam a menos de 10 anos na Unidade de Federação por região de procedência – 1991	37
Gráfico 5 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31.07.1995, por cor ou raça segundo região de residência em 31.07.1995	41
Gráfico 6 - Pirâmide etária da população residente não natural do Distrito Federal (1000 pessoas)	49
Gráfico 7 - Anos médios de estudo das pessoas de 25 a 49 anos de idade, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009	49
Gráfico 8 - Nível de Instrução alcançado pelas pessoas de 25 a 49 anos, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009	50
Gráfico 9 – Posição na ocupação das pessoas de 25 a 49 anos, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009	51
Gráfico 10 – Renda das pessoas de 25 a 49 anos, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo a situação do domicílio e o sexo - Ano 2000, Distrito Federal	31
Tabela 2 - Pessoas não naturais da Unidade de Federação sendo os Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 - Distrito Federal	32
Tabela 3 - Pessoas não naturais da Unidade de Federação que tinham menos de 10 anos de residência na Unidade de Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade de Federação, segundo a região de residência anterior - Ano 2000, Distrito Federal	34
Tabela 4 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31.07.1995, por sexo e situação do domicílio de residência em 31.07.1995, segundo grupos de idade	40
Tabela 5 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31.07.1995, por grupos de anos de estudo, segundo região de residência em 31.07.1995	42
Tabela 6 – População não natural do Distrito Federal, por sexo e situação de domicílio de residência, segundo a naturalidade	48

LISTA DE SIGLAS

DF	Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UF	Unidade de Federação
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
SIDRA	Sistema de Recuperação de Dados Agregados

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de migrantes. Brasília é uma capital de migrantes. É usual encontrar pessoas vindas de outras cidades, estados e até mesmo países pelas ruas, no trabalho, nas escolas ou nos parques. A realidade vivida cotidianamente é o espelho de um país de grande mobilidade populacional. A movimentação das pessoas no espaço é representada pela migração. Esta se configura relevante como área de estudo por sua percepção dos *“efeitos que exerce sobre a distribuição da população e por sua interação com outras forças demográficas, bem como com outros aspectos das mudanças e das diferenciações sociais e econômicas”* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1980, p. 319).

O estudo das migrações deve ser realizado de forma multidisciplinar e sem ser particularizado por determinada especialidade científica, visto que, diversas abordagens possibilitam avanços mais significativos nos estudos dos movimentos migratórios. Profissionais de diferentes áreas da ciência como economistas, sociólogos e demógrafos buscam ampliar a perspectiva de compreensão do fenômeno. A participação dos geógrafos é defendida por Greenwood (1980) ao acrescentar que estes oferecem contribuição mais variada à literatura sobre as migrações internas.

Uma das colaborações é feita por Damiani (2001) ao ressaltar a contribuição da geografia da população que, assim como a geografia regional e a econômica, se preocupam em estudar os movimentos migratórios. A autora considera como aspecto inato ao ser humano a necessidade de migrar, observando que *“o estudo da circulação ocupa um lugar importante na geografia humana”* (DAMIANI, 2001, p. 51).

Outra contribuição vem da geógrafa Bertha Becker (1990), que ao estudar o fenômeno demográfico enfatiza que a análise dos fluxos migratórios deve considerar os fatores histórico-culturais, políticos e geográficos. Ela acrescenta que no período atual o direcionamento dos fluxos migratórios no país é resultado das novas áreas de interesse do capital e de suas necessidades de força de trabalho.

De acordo com o IBGE (2000), as migrações internas se referem ao movimento de pessoas entre os municípios, os estados e as regiões de um país. Podem ser consideradas de forma ampla, no âmbito nacional, e de forma particular, através do recorte espacial da escala de investigação. No presente estudo, o enfoque será dado às migrações internas e a escala de análise utilizada considera o Distrito Federal como foco do trabalho.

O tema das migrações internas no Brasil vem sendo estudado buscando-se compreender o padrão migratório no país de uma forma geral, apresentando as transformações significativas desses padrões que ocorreram com o incremento da urbanização brasileira a partir do final da Segunda Guerra Mundial. As mudanças estruturais ocorridas no espaço econômico e a adequação do Brasil ao paradigma técnico-informacional provocaram alterações significativas no cenário social, político e educacional do país que se refletiram no processo de mobilidade e fluidez do espaço nacional. As transformações na forma, função, destino e duração dos deslocamentos populacionais alteraram o perfil do migrante que se movimenta no interior do Brasil.

O surgimento de Brasília nesse contexto favorece a atração de migrantes para a nova capital. Entre esses se destacam os funcionários públicos, os governantes e suas famílias, que trabalhariam nos órgãos administrativos da nova capital do país, e também, os encarregados da construção civil e os trabalhadores que se dedicariam à construção e atividades de serviços na cidade. Na conjuntura atual, as possibilidades de negócios, de serviços e de concursos públicos com vagas para a capital atraem um novo fluxo de migração.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem desde 1940 realizando questionamentos sobre os movimentos migratórios da população, buscando conhecer a procedência e a destinação das pessoas dentro do território nacional e no âmbito internacional. O objetivo dos estudos migratórios nos Censos Demográficos é a mensuração, a caracterização e a comparação do contingente

populacional que realiza migração ou deslocamento. O Censo Demográfico do ano 2000 através de modernas técnicas de contagem e tabulação dos resultados possibilitou atualizar as informações sobre as migrações no Brasil do ponto de vista geral, de todo território nacional, e particular, para cada região e Unidade de Federação.

O trabalho a ser desenvolvido tem como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico da população migrante para o Distrito Federal a partir das informações disponibilizadas nos Censos Demográficos. O Censo Demográfico de 2000 é a principal fonte de dados que possibilitará, de forma mais abrangente, a identificação e caracterização, através de dados como cor ou raça, sexo, educação e faixa etária do migrante no Distrito Federal. A análise desses dados irá propiciar o desenvolvimento do perfil do migrante no Distrito Federal e da sua condição de vida na Unidade de Federação.

A contribuição de vários estudiosos, especialmente os que tratam da atualização do conceito de migração interna no Brasil diante dos novos paradigmas da sociedade moderna, servirá de embasamento teórico do que pretende ser discutido sobre as migrações recentes no Distrito Federal. Ao investigar o fenômeno migratório é possível compreender a dinâmica de fluidez do espaço e, conseqüentemente, as mudanças que esse fenômeno promove nos lugares e na constituição da população migrante. É significativa a contribuição de Menezes (2000), ao afirmar que a mobilidade geográfica da população é uma resposta aos processos de trabalho, aos mercados de trabalho e aos mercados de consumo. Desta forma, a componente migração, para a autora, é uma agente de transformação do espaço e o migrante é um ser que quanto mais se adapta às necessidades do núcleo urbano, mais se fixa nele.

Algumas questões conduzem a reflexão sobre a abordagem dessa pesquisa e servem como pontos norteadores do estudo: Quem são os migrantes no Distrito Federal? De que lugar do Brasil eles migraram? Quando eles migraram? Como eles se constituem por sexo e idade? Qual a qualificação destes migrantes que

pretendem se inserir no mercado de trabalho do Distrito Federal? Por quanto tempo eles permanecem no Distrito Federal?

A definição da metodologia a ser utilizada na construção da pesquisa é de primordial importância, tendo em vista a necessidade de orientação do pesquisador na coleta de dados e o acesso à visão teórica e à bibliografia necessária para o entendimento da problemática. Os procedimentos metodológicos consistiram, inicialmente, na leitura de estudos sobre o tema das migrações. O embasamento teórico permitiu a ampliação das informações referentes às migrações internas no Brasil, assim como a forma como se dá a abordagem dessas migrações na época recente.

O entendimento da visão conceitual, histórica e da relevância da ocorrência das migrações internas no Brasil se completa com a análise do processo histórico de consolidação do Distrito Federal como influente no cenário socioeconômico e político. O poder de atração de migrantes se justifica através das oportunidades de emprego e renda reforçando o modelo neoclássico que sugere que as melhores oportunidades de trabalho e rendimento são as principais motivações da migração.

Durante a análise bibliográfica foi examinada a evolução do estudo das migrações nos Censos Demográficos. A pesquisa realizada pelo IBGE considera o tema das migrações como de fundamental importância para conhecimento da dinâmica demográfica brasileira e para estabelecimento de projeções de população. O estudo do progresso da abordagem das migrações nos Censos Demográficos permite a comparação entre as pesquisas e o entendimento da importância que o fenômeno migratório alcança no campo dos estudos populacionais. A atualização das questões pesquisadas pelos Censos Demográficos desde 1940 revela que o IBGE busca modernizar a pesquisa para adequá-la à nova dinâmica migratória no país.

O estudo dos movimentos populacionais que se realizaram no Distrito Federal desde a primeira década da sua existência também fez parte da análise teórica do trabalho. Autores como Paviani (1973, 2007) e Caiado (2002) se destacam nas contribuições à temática migratória no Distrito Federal. Ambos os autores ressaltam que o fluxo de

migrantes para o Distrito Federal sempre foi intenso e oriundo de diversas partes do Brasil. As características destes migrantes e a sua distribuição espacial são analisadas através de discussões contidas em vários trabalhos sobre o processo migratório no Distrito Federal.

Após a análise bibliográfica, iniciou-se o trabalho de coleta de dados nos Censos Demográficos. A pesquisa se fundamentou no banco de dados da biblioteca digital do IBGE, nos resultados da Amostra do Censo Demográfico de 2000, no Banco de Dados Agregados, SIDRA, do IBGE e nas publicações que tratam do tema. A investigação dos dados da PNAD 2009 para o Distrito Federal complementou e atualizou as informações dos Censos permitindo a construção do perfil do migrante no Distrito Federal.

O trabalho com os dados foi dividido em seções que remontam à classificação feita pelo IBGE quanto à conceituação do migrante. Este é considerado segundo o lugar de nascimento, segundo o lugar de residência anterior por tempo ininterrupto de residência na Unidade de Federação atual e segundo o critério de residência anterior numa data fixa. O esclarecimento do critério adotado nos inquéritos é de importância fundamental para o entendimento dos documentos analisados.

Na apresentação dos dados foram elaborados tabelas e gráficos que facilitam a visualização dos números referentes à pesquisa. Preferiu-se utilizar o agrupamento das informações de acordo com as cinco macrorregiões definidas pelos IBGE, Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, visando compactar a visualização das tabelas e facilitar a comparação entre as regiões. Desta forma, consideraram-se os dados sobre faixa etária, sexo, cor ou raça, naturalidade, tempo ininterrupto de residência, situação de domicílio, anos de estudo, entre outros para compor o perfil do migrante recente para o Distrito Federal.

As dificuldades encontradas na realização da pesquisa remetem, especialmente, à obtenção de dados sobre migração no Distrito Federal nos Censos Demográficos antigos e atuais. Os diferentes critérios de conceituação do migrante e a falta de

regularidade dos quesitos presentes nos Censos dificultam a comparação dos dados e a construção de perfil linear histórico do migrante para o Distrito Federal. Os dados sobre a renda e a ocupação dos migrantes se encontram em forma de microdados não sendo possível a sua manipulação por pessoas que não possuem o devido conhecimento técnico do programa. A falta de acesso de forma gratuita ao Banco Multidimensional de Estatísticas do IBGE que permite o cruzamento de informações colhidas nos Censo Demográfico de 2000 dificultou o maior aprofundamento e detalhamento das informações pesquisadas.

A maior dificuldade encontrada na realização do trabalho se confunde com a própria proposta de construção do perfil de migrante recente no Distrito Federal, visto que, a ideia inicial dependeria da publicação dos dados sobre migração do Censo Demográfico de 2010. O calendário do IBGE aponta para setembro de 2012 a divulgação dos resultados da amostra sobre migração. Contudo, apesar da defasagem temporal, os dados do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD 2009 permitiram o conhecimento das características sociais, econômicas e educacionais dos migrantes recentes do Distrito Federal. O apêndice do trabalho traz uma breve análise dos dados sobre migração divulgados nos Resultados Gerais da Amostra do Censo Demográfico de 2010 que pretendem atualizar, de forma simplificada, o conhecimento sobre as migrações no Distrito Federal.

Além dessa introdução, o presente trabalho se encontra estruturado em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta a discussão teórica das migrações internas no Brasil. O segundo capítulo faz uma análise da evolução do estudo das migrações nos Censos Demográficos desde 1940 até o ano 2000. No terceiro capítulo é abordado o padrão migratório no Distrito Federal desde os primórdios da sua construção até os dias atuais. O capítulo 4 investiga os aspectos tratados no Censo Demográfico de 2000 de uma forma geral e traça o perfil do migrante para o Distrito Federal segundo os diferentes critérios de conceituação deste migrante. O quinto capítulo aborda as outras fontes de obtenção de dados sobre migração, em particular a PNAD 2009. Por fim são apresentadas as considerações finais.

1 MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL

O tema das migrações internas e, principalmente, das migrações recentes se faz relevante por ser um tema abordado por muitos autores. Diferentes enfoques muitas vezes submetem-se a hipóteses óbvias, omitindo os reais fatores que determinaram as partidas, a diversidade de condições socioeconômicas e as trajetórias pessoais dos migrantes. Braga e Santos (2010, p.13) ressaltam que:

Para a Geografia, os estudos migratórios necessitam integrar a agenda dos diálogos, dado que os movimentos populacionais são importantes indicativos da dimensão e força dos processos de reestruturação do território e do espaço econômico.

Diante das modificações atuais decorrentes das alterações estruturais ocorridas no espaço social e econômico e da inserção do Brasil no paradigma técnico-informacional faz-se necessário uma renovação das formas de abordagem das migrações internas no país (Santos, 1997). A expansão das inovações sobre o território nacional e as transformações da economia-mundo após a década de 1980 propiciaram e revelaram uma nova realidade que se expressa também nos movimentos migratórios e na força de trabalho.

Para Barcellos (1995, p.296), “as migrações são elementos imprescindíveis para a compreensão do processo de urbanização e de suas perspectivas, bem como dos contornos assumidos recentemente pela problemática urbana”. Segundo a autora, hoje o Brasil possui possibilidades ampliadas de mobilidade populacional, pois se encontra numa etapa de “fluidez do espaço” proporcionada pela tecnologia, pelos avanços nas comunicações e na circulação de informações e pela consolidação da infraestrutura territorial.

Braga e Santos (2010) ressaltam que os estudos das migrações internas no país a partir da segunda metade do século XX buscavam o entendimento das causas da mobilidade populacional abordando, principalmente, a descrição do perfil socioeconômico da população, o impacto das migrações nas cidades de origem e de destino e a comparação entre migrantes e não migrantes. Atualmente, tem sido dada maior ênfase nos novos padrões migratórios, como o retorno migratório e a

mobilidade pendular, por exemplo. Os autores ainda destacam que tais estudos são fundamentais na compreensão do papel das migrações no cenário econômico do país.

De acordo com Brito (2009), no cenário atual da sociedade brasileira, a compreensão da mobilidade espacial da população se torna tarefa difícil em vista da falta de respostas pré-determinadas às perguntas que suscitam a compreensão das migrações, fenômeno este que abrange toda a complexidade da sociedade na qual está inserida.

Em vista do alto grau de urbanização e da diversificação regional e setorial da economia brasileira gerou-se uma modificação no padrão das migrações internas, tais como a diminuição da migração rural-urbana e a alteração nas novas condições e no perfil do migrante, como, por exemplo, a adaptação à seletividade e às exigências de qualificação no mercado de trabalho e o custo de vida crescente.

A maioria das teorias sobre as migrações internas encontra-se defasadas servindo, no entanto, para entender o contexto em que foram elaboradas. As teorias histórico-estruturalista e neoclássica-funcionalista propostas, respectivamente, pelos economistas Singer (1980) e Lee (1980) estiveram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico da época, que eram baseados no paradigma de acumulação fordista.

O modelo proposto por Singer (1980) entendia o fenômeno migratório como um processo social, econômico e político no qual as desigualdades sociais seriam o motor das migrações. O autor considera o caráter histórico das migrações e a forma como estas resultam em mudanças que seguem a estrutura de produção capitalista, sendo possível analisá-las como reflexo da industrialização no Brasil. As migrações seriam preferencialmente rural-urbana e dependeriam de fatores de expulsão, como a introdução de novas relações de produção no capitalismo, e de fatores de atração, como as oportunidades econômicas.

O modelo proposto por Lee (1980), também conhecido como teoria da modernização social, tem como raiz central a modernização/ desenvolvimento econômico que induz o indivíduo a analisar de forma racional a relação custo-benefício do ato de migrar. O saldo entre os fatores de origem e de destino, os obstáculos e os fatores pessoais determinariam a decisão de migrar e o sentido do fluxo.

Ambas as teorias exaltam a dimensão positiva das migrações considerando o migrante responsável pela decisão racional de migrar e com isso se adaptando às necessidades do mercado de trabalho no qual ele irá se inserir. Portanto, a migração para estas teorias é considerada favorável para o progresso capitalista da sociedade e fonte de mobilidade social para o migrante e sua família.

Contudo, essa produção teórica não considera as mudanças no processo de transição no padrão de acumulação de capital já que, segundo Simmons (apud Oliveira, 2011, p. 14):

Hoje estaríamos vivendo num mundo de estruturas pós-industriais, onde os circuitos dos movimentos já estariam dados, sobre as bases de redes interpessoais, comunicações articuladas, retroalimentação e interdependência de sistemas numa economia mundial.

As tendências atuais sobre os estudos dos fenômenos migratórios levam em consideração o padrão de acumulação vigente, o papel das redes sociais, a violência e a busca pela melhoria da qualidade de vida, entre outras motivações, para os deslocamentos populacionais. Assim, os locais de atração e de repulsão ganham novos significados, pois não se constituem mais apenas como consequência do êxodo rural e da urbanização.

Segundo Menezes (2000, p.5):

A migração deixa, portanto, de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação, e a dimensão espacial, traduzida como conjunto de relações sociais é retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade da força de trabalho.

Outra questão que se verifica nos estudos migratórios atuais se apoia na obra de Ravenstein (1985). O autor enfatiza o imperativo de se entender a seletividade de absorção de parte dos fluxos migratórios totais, ou seja, a capacidade de retenção da localidade e o caráter seletivo da fixação e do destino dos que não permanecem. Para Menezes (2000), a retenção migratória se associa ao nível social e econômico do migrante e ao nível hierárquico dos centros urbanos. Para a autora, quanto maior o nível social, educacional e econômico do migrante mais apto este estaria em se fixar no centro urbano. Esse migrante mais qualificado busca aumentar o seu acesso às oportunidades oferecidas por estes núcleos urbanos que se caracterizam pela intensificação de infraestrutura de transportes e sistemas de comunicação.

Para entender as características e as mudanças de qualificação dos migrantes no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem, desde 1940, levantando informações sobre migrações internas nos Censos Demográficos. Os avanços metodológicos na coleta e na mensuração desses dados tem sido responsáveis pelo aprimoramento dessas informações. Nesse sentido, conhecer a evolução do estudo das migrações nos Censos Demográficos ajuda a compreender melhor a atual dinâmica dos fluxos migratórios, o que será discutido no próximo capítulo.

2 A EVOLUÇÃO DO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

Os censos populacionais produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e para a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Além disso, constituem a principal fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.

Ao longo dos Censos Demográficos a introdução de novos quesitos no tema migrações buscou explicações e atualizações das novas modalidades de migrações internas visando o aprofundamento do entendimento da nova dinâmica migratória à realidade social do país.

No Censo de 1940, pela primeira vez foram incluídas informações sobre migrações internas no Brasil ao serem indagadas a Unidade de Federação (UF) de nascimento e de residência de todos os recenseados. No Censo Demográfico de 1950, foram feitas as mesmas questões sobre nascimento e residência. Segundo Martine (1984), comparando-se os resultados com aqueles obtidos no levantamento precedente, é possível estimar a migração líquida do período para cada UF.

No Censo Demográfico de 1960, além de manter os quesitos das contagens anteriores, o IBGE incluiu perguntas sobre a naturalidade no município de residência e sobre a localização do município de residência anterior. Além disso, questionou-se sobre o tempo de moradia no atual município de residência. Apesar das inovações da pesquisa de 1960, os resultados foram pouco utilizados já que demoraram décadas para serem divulgados.

O Censo Demográfico realizado em 1970 foi o propulsor dos estudos sobre o padrão migratório no país ao ampliar o banco de dados sobre migrações. Ele inovou ao

abordar questões mais específicas relativas às migrações no Brasil, permitindo maior abrangência do conhecimento acerca das peculiaridades do fenômeno migratório nos seus aspectos demográficos, econômicos e sociais. A incorporação de novos quesitos em 1970 teve por objetivo a explicação dos deslocamentos populacionais diante das mudanças nos padrões de produção e de consumo de uma nova racionalidade urbano-industrial.

Além de coletar dados sobre a população não residente no seu município de nascimento e sobre o tempo de residência no município, o Censo Demográfico de 1970 incluiu, pela primeira vez, um quadro de procedência que permitiu visualizar as etapas geográficas cumpridas pelo indivíduo ao longo do processo migratório. A partir desses dados, foi possível quantificar o número de indivíduos que, a despeito da distância, se deslocaram no espaço de um município para outro, permitindo, assim, estudar os fluxos que, segundo Menezes (2000), introduziram o “sentido de dinâmica na migração”.

De acordo com Jardim (2011, p.50), a contagem populacional de 1970 inovou ao incluir (i) os deslocamentos intermunicipais e seus impactos no crescimento populacional e áreas urbanas intermunicipais; e (ii) a migração dirigida às metrópoles e grandes centros urbanos, enfatizando as áreas rurais e urbanas:

Pela primeira vez se investigou no Brasil os deslocamentos de indivíduos entre municípios e o tempo de residência na Unidade da Federação e no Município de residência (...), o que permitiu o desenvolvimento de estudos regionais mais acurados.

Diferentemente dos inquéritos anteriores que priorizavam a descrição dos fenômenos migratórios, o Censo Demográfico de 1970, através de quesitos que analisavam o perfil socioeconômico do migrante e do não migrante permitiu o exame da inserção dos migrantes internos no contexto socioeconômico e territorial do Brasil em 1970.

O Censo Demográfico de 1980 abordou a questão migratória ainda de forma mais ampla ao direcionar as perguntas sobre migração a todos os indivíduos, e não somente aos não naturais do município. A partir deste foi possível, através da

combinação de quesitos, vislumbrar a migração de última etapa. A análise dos movimentos entre os municípios permitiu a observação da influência das metrópoles sobre as migrações entre Estados e entre metrópoles. Segundo Jardim (2011, p. 52):

Um dos determinantes desse processo está associado à nova economia urbana que, voltada para um mercado de trabalho e de consumo de bens e serviços, aprofunda não só as contradições internas, mas também evidencia a modalidade de desenvolvimento econômico e social, responsáveis por novas espacialidades e movimentos pendulares especialmente no interior dos grandes centros metropolitanos, para trabalhar ou estudar.

O Censo Demográfico de 1991 apenas acrescentou o quesito “Data Fixa” ao questionário, buscando maior detalhamento da dinâmica migratória. Já o Censo de 2000 manteve a maioria das questões sobre migração da contagem de 1991, apenas retirando o quesito “último município de residência” e inquirindo sobre os movimentos pendulares para trabalho e para estudo.

Com essas modificações, o Censo Demográfico de 2000 teve o papel inédito de definir a finalidade das questões sobre migração como “estudar os movimentos e principais fluxos migratórios do país, as características das pessoas que migram e das que não migram, e fornecer subsídios para a realização de projeções de população” (IBGE, 2000, p. 103).

Comparando-o com o Censo Demográfico de 1970, o Censo de 2000 incluiu como novas variáveis:

- a) a migração de retorno, analisando as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes retornados;
- b) a pendularidade, buscando estudar os movimentos populacionais intermunicipais direcionados para trabalho ou para estudo; e
- c) a Data Fixa, que permite o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades geográficas melhorando as estimativas de população.

A pesquisa realizada pelo IBGE no ano 2000 permitiu o aprofundamento e a atualização dos dados sobre o fenômeno migratório e a confirmação de tendências observadas nos Censos anteriores que representam as transformações ocorridas na

economia e na sociedade brasileira. É partindo do Censo Demográfico realizado no ano 2000 que a análise sobre as migrações no Distrito Federal será apresentada de forma mais completa e abrangente, visando relacionar a evolução do fenômeno migratório na história do Distrito Federal com o perfil do migrante recente que se destina à capital do país.

3 MIGRAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal sempre foi marcado por grandes movimentos populacionais internos. Iniciando-se em 1960, o poder atrativo da cidade vem deslocando migrantes de todas as regiões do país. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, (PNAD), de 2009, os migrantes compõem mais da metade da população local. Como afirma Paviani (2007, p.16):

Por quase meio século, a cidade atraiu migrantes de todos os recantos do país, trabalhadores e detentores de capitais; pessoas que não tinham onde morar e empresários empreendedores, pequenos agricultores expulsos do campo e agências bancárias, filiais de multinacionais e incorporadores imobiliários que mudaram a face do Plano Piloto.

Diante dos novos padrões de migração interna, com a mudança no perfil desses imigrantes, possivelmente com o aumento da escolaridade e do nível de renda, o estudo das migrações recentes do Brasil em escala local no Distrito Federal se faz relevante em vista do seu histórico como cidade receptora de população, importância política e econômica e incremento populacional considerável revelado no Censo Demográfico de 2010, que a colocou em 4º lugar nas cidades mais populosas do país.

Outro estudo do IBGE (2007), o REGIC – Região de Influência de Cidades buscou definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. O REGIC 2007 colocou Brasília como a 3ª cidade mais importante na rede urbana brasileira, atrás somente de São Paulo e do Rio de Janeiro, atribuindo o status de metrópole nacional à capital federal.

Segundo Barbosa Ferreira e Paviani (1973), desde os primórdios da sua construção, Brasília¹ se constituiu em polo de atração populacional dentro do sistema migratório nacional, tendo aumentado sua população em 300,5% entre os anos de 1960 e 1970. Isso se deveu, sobretudo, à migração induzida ou organizada (funcionários públicos e de empresas privadas) e à migração espontânea (pessoas que se deslocaram buscando novas oportunidades de trabalho).

Os migrantes da década de 1960 foram classificados pelos autores em três subsistemas a partir das suas características migratórias, a saber: subsistema de migração de muito baixo status, constituído por migrantes de baixa renda, escolaridade insuficiente e desempregados; subsistema de migração de baixo status, constituído por migrantes ocupados na construção civil, de baixa escolaridade e renda de um salário mínimo; e subsistema de migração de status mais elevado, constituído por migrantes de renda de mais de três salários mínimos, escolaridade mais alta e ocupada no funcionalismo público.

A divisão proposta por Barbosa Ferreira e Paviani (1973, p. 50) revela o perfil socioeconômico de baixo nível dos migrantes desse período e preocupa-se especialmente com a segunda classe de migrantes, que, segundo os autores, “apresentam problemas referentes à absorção por Brasília” e que mais contribuíram para o aumento dos núcleos periféricos.

De acordo com Caiado (2002), nas décadas de 1980 e 1990, apesar de ter havido uma redução no fluxo migratório, Brasília continuou sendo importante destino principalmente de migrantes originários da região Nordeste e de Minas Gerais. Ainda segundo a autora, a manutenção do dinamismo populacional em Brasília gerou um

¹ Segundo o IBGE, o Distrito Federal é “a unidade autônoma onde tem sede o Governo Federal com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tem as mesmas competências legislativas reservadas aos estados e municípios e é regido por lei orgânica, sendo vedada sua divisão em municípios. Brasília é a Capital Federal.” Nesse sentido, utiliza-se, no presente trabalho, os termos Brasília e Distrito Federal como sinônimos. A análise dos fluxos migratórios para as diferentes regiões administrativas que compõem o Distrito Federal está fora do escopo do trabalho.

processo de segregação espacial devido à incapacidade de absorção desse contingente migratório.

Já no período atual, Vasconcelos *et al* (2006) consideram que, no ano de 2000, Brasília ainda possuía forte poder de atração populacional, apresentando 19,1% de seu total populacional de migrantes segundo o critério da Data Fixa. No referido estudo, foi identificado que a população migrante se difere espacialmente no Distrito Federal segundo localidades do aglomerado urbano de Brasília. Por ter sido feita de forma desagregada, isto é, segundo Regiões Administrativas do Distrito Federal, o estudo do perfil socioeconômico, ao levar em consideração o número de anos de estudo, a ocupação e o rendimento dos migrantes no ano 2000, revelou um elevado nível de instrução e de renda dos migrantes residentes no Plano Piloto.

A análise mais detalhada dos dados do Censo Demográfico de 2000, aplicada ao Distrito Federal, buscará consolidar a pesquisa, revelando de forma mais ampla os aspectos socioeconômicos desses migrantes e, dessa forma, possibilitando inferir sobre as mudanças ocorridas no perfil do migrante recente que veio para o Distrito Federal.

4. O PERFIL DO MIGRANTE PARA O DISTRITO FEDERAL NO CENSO 2000

4.1 O Censo Demográfico de 2000

O Censo Demográfico de 2000 foi realizado no período de 1º de agosto a 30 de novembro de 2000, mobilizando mais de 200 mil pessoas, em pesquisa a 54.265.618 domicílios nos 5.507 municípios existentes no ano de 2000 das 27 Unidades da Federação. O Censo 2000 abordou os seguintes aspectos:

- a) as características gerais da população, na qual obteve informações selecionadas sobre a estrutura por idade, sexo, situação do domicílio, cor ou raça, religião e níveis de incapacidade ou deficiência física ou mental da população residente no Brasil;
- b) a educação, contemplando informações sobre a condição de alfabetização, frequência à creche e à escola, anos de estudo e grau de escolarização concluído, segundo a cor ou raça, grupos de idade, situação do domicílio e níveis de ensino, com enfoque especial sobre o contingente populacional com educação superior completa;
- c) as famílias e domicílios, abrangendo, no que concerne às famílias, o número de componentes e as características das pessoas residentes em domicílios particulares, como sexo, idade, condição na família, anos de estudo, condição de atividade e de ocupação e rendimento familiar, a configuração das uniões conjugais a partir da cor das pessoas responsáveis pela família e a cor de seus respectivos cônjuges. As informações sobre os domicílios contemplam aspectos como a existência de iluminação pública, calçamento/pavimentação do logradouro, número médio de moradores por domicílio, condição de ocupação do domicílio, existência de bens duráveis e infraestrutura de saneamento básico, entre outros indicadores relacionados à adequação das moradias;
- d) migração e deslocamento, na qual abrange as entradas, as saídas e os saldos migratórios, além de dados sobre as pessoas que efetuam

deslocamentos para fora do município de residência com a finalidade de estudo ou de trabalho;

- e) nupcialidade e fecundidade, abrangendo informações sobre a condição de convivência, estado civil e natureza da união das pessoas de 10 anos ou mais de idade. No que concerne à fecundidade, são investigados o número de mulheres que tiveram filhos, filhos tidos - nascidos vivos e nascidos mortos - e filhos sobreviventes; e
- f) trabalho e rendimento, abordando as principais características das pessoas de 10 anos ou mais de idade, no que se refere à sua condição de atividade, à sua forma de inserção no mercado de trabalho e aos rendimentos auferidos do trabalho, bem como de outras fontes.

No presente trabalho, será feita análise do aspecto migratório no Censo Demográfico de 2000 a fim de identificar e de caracterizar o migrante no Distrito Federal. Para tanto, será dado enfoque ao perfil do migrante que chega ao Distrito Federal, sendo utilizados dados como educação, cor, sexo, faixa etária e procedência do migrante.

O recenseamento realizado no ano 2000 considerou, para fins de conceituação do fenômeno migratório, o lugar de nascimento, o lugar de residência anterior segundo o tempo ininterrupto de residência atual e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa, ou seja, em 31 de julho de 1995.

A informação de lugar de nascimento contabiliza migrantes que efetuaram pelo menos um movimento ao longo da sua vida tanto há muitos anos atrás quanto recentemente. A informação lugar de residência segundo o tempo ininterrupto de residência atual aponta para o estudo da migração de retorno e dos imigrantes internacionais e fornece informações sobre o último movimento que a pessoa realizou, desconsiderando a série de movimentos que esta pessoa possa ter realizado. A informação sobre o lugar de residência anterior há exatamente cinco

antes da data de referência da pesquisa permite o estudo dos fluxos migratórios e do saldo líquido migratório através dos números de imigrantes e emigrantes.

Dependendo do quesito utilizado pelo Censo Demográfico para obter informações sobre migrações, a definição de quem é migrante ou não muda. Portanto, deve-se esclarecer qual o quesito usado antes de serem discutidos os resultados obtidos.

4.2 O perfil do migrante segundo a informação de lugar de nascimento

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o Distrito Federal apresentou uma população de 2.051.146 pessoas sendo 981.356 homens e 1.069.790 mulheres. Dessa população 66% tinham entre 15 e 59 anos, a grande maioria (95%) vivia em área urbana e aproximadamente 49% e 45% dessa população se declarou de cor branca e parda respectivamente. Entre a população de 15 ou mais anos de idade, aproximadamente 58% possuem mais de 8 anos de estudo.

Dos seus 2.051.146 de habitantes, o Distrito Federal possui 1.094.303 pessoas não naturais, ou seja, 53% dos moradores do Distrito Federal nasceram em outro estado brasileiro. Os números elevados demonstram a relevância da população não natural na configuração por sexo e por idade da população total e salientam a importância dos movimentos migratórios internos na evolução do efetivo populacional. A condição de migrante, no caso, se associa à naturalidade, referindo-se ao Estado em que a pessoa nasceu diferir do estado no qual ela foi recenseada.

Na tabela 1, pode-se perceber a predominância de migrantes do sexo feminino em relação ao sexo masculino em todos os períodos de tempo de residência aferidos no Censo Demográfico de 2000 com aproximadamente 54% de mulheres contra 46% de homens. Nesta contagem, 82% tanto dos homens quanto das mulheres não naturais do Distrito Federal têm idade entre 15 e 59 anos, sendo consideradas como população em idade ativa, isto é, população com 14 anos ou mais de idade teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica. É importante observar que a pirâmide etária do Distrito Federal segundo o Censo Demográfico de 2000 para

peças não naturais da Unidade de Federação (gráfico 1) possui sua base e seu topo mais estreitos, indicando menor migração de crianças pequenas e de pessoas idosas. O meio da pirâmide bastante largo corrobora que as pessoas em idade ativa constituem a maior parcela de população migrante para o Distrito Federal.

Tabela 1 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo a situação do domicílio e o sexo - Ano 2000, Distrito Federal.

Tempo ininterrupto de residência na Unidade de Federação	Situação do domicílio e sexo				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Total	1.094.303	501.806	592.497	1.040.901	53.402
Menos de 1 ano	41.238	18.805	22.432	38.056	3.182
1 ano	58.826	26.475	32.350	55.081	3.744
2 anos	49.643	22.643	27.000	46.395	3.249
3 anos	48.612	22.969	25.643	45.647	2.965
4 anos	42.792	19.217	23.575	39.789	3.003
5 anos	33.370	15.350	18.020	30.999	2.371
6 anos	40.970	19.100	21.870	37.981	2.989
7 anos	28.653	12.716	15.937	26.794	1.860
8 anos	34.075	16.530	17.545	32.168	1.907
9 anos	24.892	11.689	13.203	23.074	1.818
10 anos ou mais	691.233	316.311	374.922	664.917	26.316

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O número de pessoas não naturais do Distrito Federal em 2000 foi de 1.094.303 e aumentou 16,5% em relação ao ano de 1991 quando a população não natural era de 938.837 pessoas e em aproximadamente 162% em relação ao ano de 1970 que registrou no seu recenseamento 417.300 pessoas não naturais do Distrito Federal. É importante perceber, através da tabela 2, a predominância da população urbana no Distrito Federal. Desde 1970, a maior parte da sua população residia em áreas urbanas e esse número aumentou no decorrer dos anos. No Censo de 2000, o Distrito Federal se encontra apenas atrás do Rio de Janeiro com o segundo maior percentual de entradas na área urbana do país, com mais de 90% do total de entradas.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Gráfico 1 - Pirâmide etária da população não natural do Distrito Federal. Ano 2000.

Tabela 2 - Pessoas não naturais da Unidade de Federação sendo os Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 - Distrito Federal.

Ano	Situação do domicílio e sexo				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1970	417.300	209.628	207.672	401.833	15.467
1980	803.864	384.987	418.877	780.239	23.625
1991	938.844	435.608	503.236	884.170	54.674
2000	1.094.303	501.806	592.497	1.040.901	53.402

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000.

O predomínio de entradas de população em áreas urbanas no Distrito Federal ilustra a tendência de esvaziamento das áreas rurais brasileiras. Segundo os Comentários dos Resultados do Censo Demográfico do ano 2000 sobre Migração e Deslocamento feito pelo IBGE, os fluxos migratórios entre as áreas urbanas e rurais tiveram mudanças significativas entre os quinquênios 1986/1991 e 1995/2000. Os movimentos de fluxo urbano-urbano cresceram 20% e a taxa de crescimento anual da área rural caiu de 1,58% no período 1940/1950 para -1,31% no período

1991/2000 com uma perda populacional da área rural brasileira de 246.720 pessoas. Esse fenômeno é realçado por Brito (2009, p. 17), ao afirmar que:

a alocação espacial das atividades econômicas dentro do espaço metropolitano gerou, também, um mercado de trabalho metropolitano. E, como consequência, uma mobilidade da força de trabalho em direção a uma maior proximidade do emprego.

Desta forma, segundo a informação do lugar de nascimento, pode-se considerar que o perfil dos não naturais e residentes do Distrito Federal se configura como feminino e urbano. Os dados permitiram observar que apenas no Censo de 1970 houve maior afluxo de homens do que de mulheres para o Distrito Federal em decorrência do afluxo de trabalhadores da construção civil. A pesquisa realizada em 2000 revela que a predominância feminina se faz para todas as faixas etárias e para todos os anos de residência ininterruptos no Distrito Federal.

Devido ao Distrito Federal ter sido desde o início do seu planejamento e construção, previsto para ser um território urbano é natural que a sua população se configure na sua grande maioria como urbana. A tendência observada no país à situação de domicílio urbano se reflete na população migrante e se comprova em todos os Censos Demográficos do Distrito Federal. Em todos eles mais de 90% da população não natural fixou residência em áreas urbanas.

4.3 O perfil do migrante segundo a informação de lugar de residência por tempo ininterrupto de residência atual

A informação sobre a população não natural por tempo ininterrupto de residência na UF atual permite a análise sobre os movimentos migratórios entre as várias Unidades Federativas brasileiras. Entretanto, o lugar de residência anterior só fornece informação sobre o último movimento, descartando a sequência dos movimentos que o indivíduo possa ter feito em momentos anteriores.

A pesquisa demográfica do IBGE considera as pessoas não naturais da Unidade da Federação com menos de 10 anos de residência na UF atual. Com isso, o volume de movimentos migratórios é inferior ao da informação de lugar de nascimento.

Neste caso, se considera os não naturais com menos de 10 anos de residência como migrantes mais recentes, que na sua grande maioria, realizou os movimentos no período intercensitário de 1991/2000.

Tabela 3 - Pessoas não naturais da Unidade de Federação que tinham menos de 10 anos de residência na Unidade de Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade de Federação, segundo a região de residência anterior - Ano 2000, Distrito Federal.

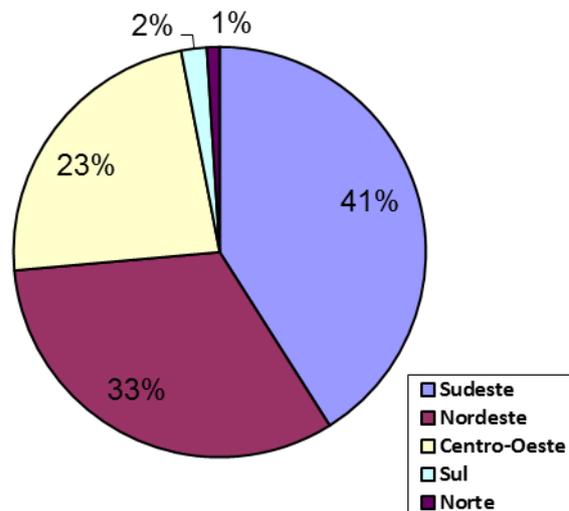
Tempo ininterrupto de residência na Unidade de Federação	Região de residência anterior					
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	403.070	24.231	201.231	92.247	11.718	67.109
Menos de 1 ano	41.238	3.325	18.028	9.898	1.584	7.619
1 ano	58.826	4.400	25.815	14.728	2.043	10.716
2 anos	49.643	3.523	24.137	10.682	2.096	8.408
3 anos	48.612	2.754	23.493	11.185	1.663	8.525
4 anos	42.792	2.662	21.776	9.118	1.122	7.515
5 anos	33.370	1.611	18.411	6.656	820	5.321
6 anos	40.970	1.622	22.721	8.750	886	6.434
7 anos	28.653	1.398	15.645	6.841	409	4.027
8 anos	34.075	1.699	18.220	8.544	712	4.754
9 anos	24.892	1.237	12.988	6.095	384	3.788

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Ao perguntar sobre a procedência das pessoas não naturais do Distrito Federal que tinham menos de 10 anos de residência na referida UF, o Censo Demográfico de 2000 revelou que a região Nordeste é a região com o maior número de migrantes no Distrito Federal, com 201.231 pessoas. Em segundo lugar, vem a região Sudeste, com 92.247 pessoas. Em terceiro lugar, vem a região Centro-Oeste, com 67.109 pessoas, com destaque para o estado do Goiás, que teve 60.692 migrantes com

menos de 10 anos de residência no Distrito Federal. Em quarto e quinto lugares estão a região Norte e a região Sul com 24.231 e 11.718 migrantes respectivamente, como se pode observar na tabela 3.

Desde o Censo Demográfico de 1970 (gráfico 2), o padrão de procedência dos migrantes com menos de 10 anos de residência para o Distrito Federal vem se alternando entre os migrantes oriundos das outras regiões do país. Na referida pesquisa, a maior parte das pessoas não naturais do Distrito Federal procedia da região Sudeste, com 40,9% dos migrantes, com destaque para os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Este valor pode ser explicado pela migração organizada do grande número de funcionários públicos que vieram trabalhar na nova capital. Em segundo lugar vinha a região Nordeste, com 32,5% dos migrantes, com destaque para os estados da Bahia e do Ceará, que dominavam os fluxos migratórios. A entrada de nordestinos no Distrito Federal representa a migração espontânea de pessoas que buscavam oportunidade de trabalho na capital do país. Em terceiro, quarto e quinto lugares estavam as regiões Centro-Oeste, Sul e Norte, respectivamente, com evidente importância do estado do Goiás, que teve 94.224 migrantes para o Distrito Federal.

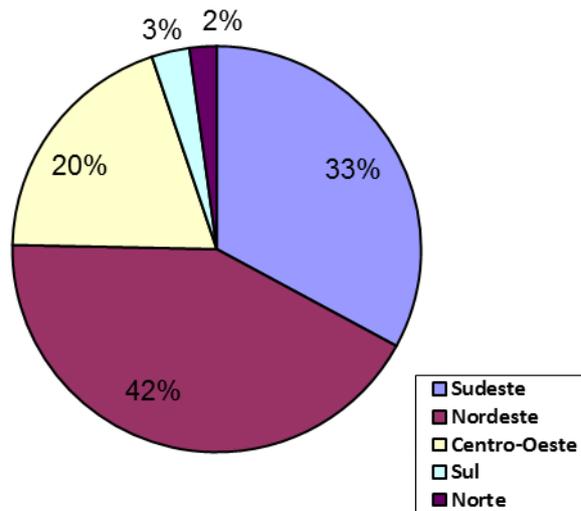


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970.

Gráfico 2 - Pessoas não naturais do Distrito Federal que residiam a menos de 10 anos na Unidade de Federação por região de procedência – 1970.

No Censo Demográfico de 1980 (gráfico 3), o Nordeste ultrapassou a região Sudeste em número de pessoas não naturais do Distrito Federal que residiam a

menos de 10 anos na UF, com 197.951 migrantes nordestinos e 153.498 migrantes do Sudeste. Destacaram-se os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro no Sudeste e os estados do Ceará e do Piauí no Nordeste. As regiões Centro-Oeste, Sul e Norte permaneceram nas suas posições de 3º, 4º e 5º lugar no número de migrantes que se deslocaram para o Distrito Federal. Novamente, o estado do Goiás se destacou com 86.135 migrantes para o Distrito Federal.

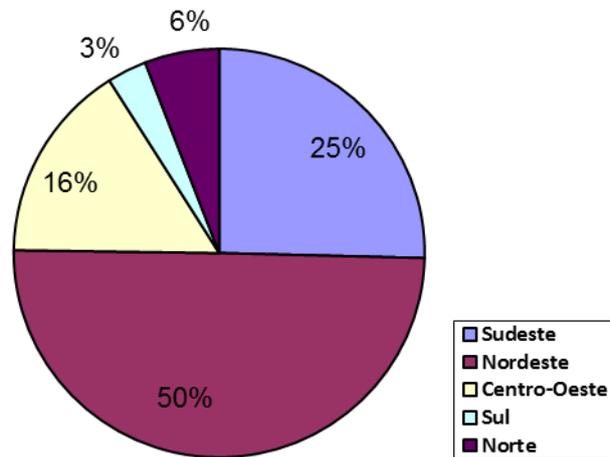


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980.

Gráfico 3 - Pessoas não naturais do Distrito Federal que residiam a menos de 10 anos na Unidade de Federação por região de procedência – 1980.

No Censo Demográfico de 1991 (gráfico 4), a região Nordeste foi mais uma vez a região da qual procederam o maior número de migrantes para o Distrito Federal, com aproximadamente 50% das pessoas não naturais da UF com menos de 10 anos de residência. Em seguida, apareceram as regiões Sudeste e Centro-Oeste, com 25% e 16% de participação, respectivamente. A novidade ficou por conta da região Norte ultrapassar a região Sul no total de migrantes para o Distrito Federal, com 19.764 pessoas, o que representou 5,8% do total de migrantes para o Distrito Federal. A região Sul teve 10.462 migrantes, representando 3,1% do total. Os estados que se destacaram neste Censo foram novamente Minas Gerais, com 47.455 migrantes, e Bahia, com 35.990 migrantes que se deslocaram para o Distrito Federal.

O estado do Goiás enviou 48.843 migrantes para o Distrito Federal no Censo Demográfico de 1991, número bem inferior ao dos Censos anteriores. Essa redução pode ser justificada pela criação do estado do Tocantins em 1988, que foi criado a partir da área norte do estado do Goiás. Além disso, a consolidação da fronteira agrícola no estado do Goiás foi outro fator que contribuiu para a diminuição da saída de migrantes do estado, já que na década de 1980 a consolidação do capital agroindustrial no Centro-Oeste e, particularmente, no estado de Goiás foi responsável por desenvolver a região, que passou a responder por 40% da produção nacional de grãos (Bezerra e Cleps Jr, 2012, p.8).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

Gráfico 4 - Pessoas não naturais do Distrito Federal que residiam a menos de 10 anos na Unidade de Federação por região de procedência – 1991.

A tabela 3 permite ainda observar que o maior contingente de pessoas não naturais do Distrito Federal no Censo Demográfico de 2000 que possuem menos de 10 anos de residência é aquele referente às pessoas com 1 ano de residência, configurando esses migrantes como recentes. Estes dados possibilitam inferir também que o número de pessoas vai diminuindo ao longo do tempo ininterrupto de residência indicando uma possível migração de retorno, tendência nacional ressaltada por estudiosos do fenômeno migratório, como Magalhães, Siqueira e Neto (2008, p.1), que afirmam que:

migração de retorno brasileira é uma sinalização de que a migração inicial, para boa parte dos retornados, não foi bem sucedida. As frustrações quanto à materialização do emprego e da renda no local de destino forçam estes indivíduos a voltarem para seu lugar de nascimento, mesmo quando ainda estão em plena capacidade produtiva e quando poderiam estar usufruindo ganhos com a migração.

No caso do Distrito Federal, pode-se também refletir sobre o papel das cidades do entorno, que, segundo Queiroz (2006), absorve parte da totalidade populacional que se destina para o Distrito Federal, mas que não se fixa na sua região central devido aos altos preços do seu solo urbano e das dificuldades de acesso ao seu espaço, ocasionando um redirecionamento do fluxo migratório.

Analisando o perfil do migrante segundo a informação de lugar de residência por tempo ininterrupto de residência atual pode-se inferir que este se configura como nordestino e que possui pouco tempo de residência no Distrito Federal. Os dados corroboram um tradicional fenômeno migratório nacional que é a migração nordestina. A estagnação econômica, os problemas climáticos e as possibilidades econômicas em outras regiões do país são fatores que, historicamente, impulsionam nordestinos a realizar migrações para diversas partes do Brasil. Atualmente há uma tendência à diminuição das migrações de nordestinos e à migração de retorno. Para o Distrito Federal, nos Censos de 1980, 1991 e 2000 o maior contingente de migrantes é natural da região Nordeste confirmando o status de polo de repulsão populacional da região.

Em geral, no Censo Demográfico de 2000, o número de migrantes para o Distrito Federal decresce na medida em que o tempo contínuo de residência aumenta expondo as dificuldades de fixação que a capital do país apresenta aos migrantes. Seja pela não inserção no mercado de trabalho, seja pelas dificuldades de acesso ao espaço urbano, ou seja, pelo crescimento dos municípios do Entorno, os migrantes recentes tem diminuído a duração de permanência no Distrito Federal.

4.4 O perfil do migrante segundo o lugar de residência há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa

O critério de Data Fixa considera migrante toda pessoa que possuía um local de residência diferente do atual em 31 de julho de 1995, ou seja, 5 anos antes da data de referência do Censo. As principais vantagens dessa informação é que o período de tempo é explícito e que ela possibilita a obtenção de um indicador de fluxo de migratório. Com base na informação de lugar de residência há exatamente cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico, pode-se conhecer o sentido do fluxo migratório, já que o período de tempo que caracteriza o movimento está perfeitamente definido. O Censo Demográfico de 2000 pesquisou pessoas de 5 anos ou mais e a sua situação de domicílio de residência em 31 de julho de 1995 segundo a situação de domicílio atual.

Os dados do Censo Demográfico de 2000 revelam que, dos 220.781 migrantes que residiam no Distrito Federal a menos de 5 anos, 89% procederam de um domicílio urbano, enquanto apenas 11% residiam na zona rural. Dos 206.960 migrantes que no ano 2000 residiam na zona urbana do Distrito Federal, 82% procederam de outra zona urbana. Dos 13.821 migrantes que residiam na zona rural do Distrito Federal no ano 2000, 62% procederam da área urbana e o restante da área rural. Isto significa que, assim como no critério de naturalidade na UF de residência atual, segundo o critério de Data Fixa o maior volume de migrações no Distrito Federal se configura como migração de origem e destino urbano.

Ao analisar o sexo e a idade dos migrantes para o Distrito Federal no Censo Demográfico de 2000 segundo o critério de Data Fixa, observa-se que o sexo feminino se sobressai sobre o masculino com 120.580 e 100.201 migrantes, respectivamente. De acordo com o lugar de residência em 1995, a dominância do sexo feminino ocorre em todos os estados de origem desses migrantes, com exceção dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, onde o número de homens migrantes para o Distrito Federal excede o número de mulheres.

O estudo da idade dos migrantes para o Distrito Federal segundo esse mesmo critério revela que aproximadamente 52% desses migrantes são jovens de 15 a 29 anos e 29% são adultos de 30 a 59 anos. Ou seja, praticamente 81% das pessoas que migraram nos últimos 5 anos para o Distrito Federal segundo o Censo Demográfico de 2000 se encontravam em idade ativa, influenciando a estrutura do mercado de trabalho no Distrito Federal (tabela 4).

Tabela 4 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31.07.1995, por sexo e situação do domicílio de residência em 31.07.1995, segundo grupos de idade.

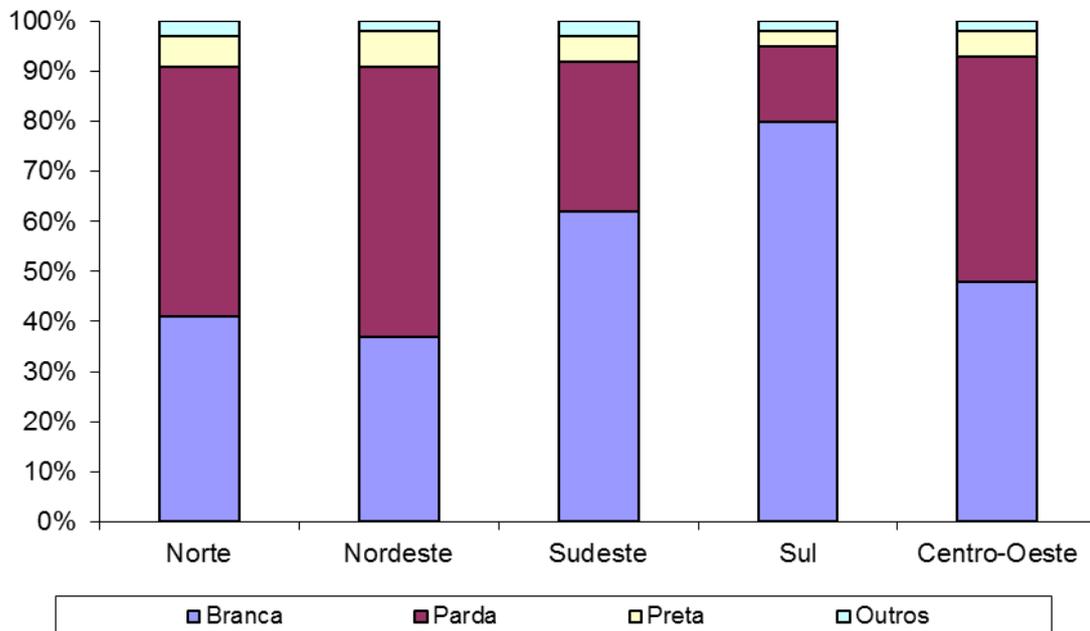
Grupos de idade	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Total	220.781	100.201	120.580	178.441	38.571
5 a 9 anos	17.742	8.938	8.804	14.364	3.076
10 a 14 anos	19.161	8.531	10.629	15.425	3.528
15 a 19 anos	35.857	14.011	21.845	27.295	8.188
20 a 24 anos	46.722	20.336	26.386	36.305	10.060
25 a 29 anos	31.439	14.111	17.328	25.888	5.207
30 a 34 anos	20.069	9.766	10.303	17.096	2.634
35 a 39 anos	17.063	8.456	8.606	14.701	1.769
40 a 44 anos	11.261	5.657	5.604	9.673	1.167
45 a 49 anos	7.773	4.240	3.532	6.625	839
50 a 54 anos	4.900	2.502	2.397	4.143	533
55 a 59 anos	2.564	1.149	1.415	1.968	421
60 a 64 anos	2.037	869	1.168	1.617	364
65 a 69 anos	1.191	538	653	939	207
70 a 74 anos	1.061	468	592	855	185
75 a 79 anos	824	269	555	662	157
80 anos ou mais	1.119	357	762	884	236

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Segundo a UF de procedência dos migrantes, destacam-se os estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia que historicamente se consolidam como os principais polos de repulsão de migrantes para o Distrito Federal. Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Piauí também têm participação considerável no contingente populacional de

migrantes do Distrito Federal. Examinando os dados do Censo Demográfico de 2000 percebe-se que prevaleceram os migrantes oriundos de área urbana em todos os estados de origem desses migrantes. Isso significa que, independente da localidade de origem, os migrantes do Distrito Federal procedem de uma área urbana.

No quesito relacionado à cor ou à raça de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31 de julho de 1995 (gráfico 5), não é encontrada nenhuma relação com o fenômeno migratório no Distrito Federal. A predominância no Distrito Federal de pessoas de cor branca ou parda se dá para todas as regiões de origem. Da região Nordeste, 54% dos migrantes se declararam pardos. Esses percentuais são de 50% para a região Norte, 30% para a região Sudeste e de 45% e 15% para as regiões Centro-Oeste e Sul, respectivamente. Dos que se declararam brancos, 41% procederam da região Norte, 37% da região Nordeste, 62% da região Sudeste, 80% da região Sul e 48% da região Centro-Oeste.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Gráfico 5 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31.07.1995, por cor ou raça segundo região de residência em 31.07.1995.

Em uma análise do perfil socioeconômico de uma determinada população de migrantes, a variável “anos de estudo” é muito importante para o entendimento das condições que o migrante chega ao seu local de destino, das reais possibilidades de inserção no mercado de trabalho e da conseqüente condição social e econômica que ele conseguirá alcançar. Muitos autores abordam a relação escolaridade-renda em suas pesquisas. Garcia, Goldbaum e Lucinda (1998) constataam uma relação estreita e funcional entre a desigualdade de escolaridade e a renda e concluem ser a renda pessoal determinada, em boa medida, pelo grau de escolaridade.

Ao analisar a tabela 5, que aborda as pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31.07.1995 por grupos de anos de estudo segundo a região de residência em 31.07.1995, pode-se verificar mais detalhadamente a condição educacional dos migrantes para o Distrito Federal, possibilitando inferir o nível de qualificação desse migrante e sua conseqüente condição socioeconômica a partir da região geográfica de origem.

Tabela 5 – Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Distrito Federal em 31.07.1995, por grupos de anos de estudo, segundo região de residência em 31.07.1995.

Grupos de anos de estudo	Região de residência em 31.07.1995				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	15.199	99.316	52.744	9.177	39.764
Sem instrução ou menos de 1 ano	1.352	11.634	3.937	575	3.744
1 a 3 anos	2.113	17.685	5.150	902	5.687
4 a 7 anos	4.204	33.255	11.848	1.584	12.025
8 a 10 anos	3.247	16.364	8.330	1.238	6.927
11 a 14 anos	2.998	15.118	13.171	2.603	8.130
15 anos ou mais	1.205	3.979	9.901	2.253	2.835

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Para os migrantes procedentes da região Norte, pode-se observar que aproximadamente 9% possuem 1 ano ou menos de estudo, 14% possuem de 1 a 3

anos de estudo e 27% possuem de 4 a 7 anos de estudo. Com isso, aproximadamente 50% das pessoas da região Norte que migraram para o Distrito Federal possuem no máximo 7 anos de estudo. Com a escolaridade acima do ensino fundamental de 7 anos estão 21% dos migrantes que possuem de 8 a 10 anos de estudo, 20% com 11 a 14 anos de estudo e 8% com 15 anos ou mais de estudo.

Da região Nordeste, aproximadamente 12% dos migrantes não possuem instrução ou possuem menos de 1 ano de escolaridade, 18% possuem de 1 a 3 anos e 34% possuem de 4 a 7 anos de estudo. Os dados mostram que aproximadamente 64% das pessoas que migraram para o Distrito Federal e que são procedentes da região Nordeste possuem até 7 anos de estudo. Os outros 36% possuem 8 anos ou mais de estudo sendo que 17% possuem de 8 a 10 anos, 15% possuem de 11 a 14 anos e somente 4% possuem 15 anos ou mais de estudo.

Na região Sudeste, o nível de escolaridade dos migrantes para o Distrito Federal nos últimos cinco anos é mais elevado. Desses migrantes, 40% possuem até 7 anos de estudo, percentual este constituído por 8% de migrantes sem instrução ou com até 1 ano de estudo, 10% com escolaridade de 1 a 3 anos e 22% com 4 a 7 anos de estudo. Os migrantes originários da região Sudeste de maior escolaridade são compostos por 19% com 15 ou mais anos de estudo, 25% com 11 a 14 anos de estudo e 16% com 8 a 10 anos de estudo.

Os migrantes que em 31.07.1995 residiam na região Sul também possuem um nível de escolaridade medido em anos de estudo mais elevado que os migrantes procedentes das regiões Norte e Nordeste. Apenas 6% desses migrantes não possuíam instrução ou possuíam até 1 ano de estudo, 10% possuíam de 1 a 3 anos de estudo e 17% possuíam de 4 a 7 anos de estudo totalizando 33% dos migrantes da região Sul com escolaridade até o ensino fundamental de 7 anos. Os migrantes da região Sul são os que possuem, em comparação com os migrantes oriundos de outras regiões, o maior nível de escolaridade, com 25% desses migrantes tendo

frequentado a escola por 15 anos ou mais, 14% com 8 a 10 anos de estudo e 28% com 11 a 14 anos de escolaridade.

Para os migrantes procedentes da região Centro-Oeste o nível de escolaridade fica dividido entre os grupos de maior e menor frequência escolar. Dos migrantes oriundos dessa região, 54% cursaram até o ensino fundamental completo, isto é, possui até 7 anos de estudo. Destes 10% não tiveram acesso à escola ou só o tiveram durante 1 ano. Desses migrantes, 14% frequentaram a escola por 1 a 3 anos e 30% tiveram de 4 a 7 anos de estudo. Do grupo de mais alta escolaridade 18% dos migrantes procedentes da região Centro-Oeste tiveram de 8 a 10 anos de estudo, 21% possuía de 11 a 14 anos de estudo e apenas 7% desses migrantes possuíam 15 ou mais anos de estudo.

Através do quesito que investiga o perfil do migrante segundo uma data fixa no Censo Demográfico de 2000 pode-se concluir que o migrante para o Distrito Federal nos últimos cinco anos se origina e se destina a uma área urbana seguindo a propensão do país de adensamento dessas áreas, bem como de uma retração da migração para áreas rurais.

Assim como nos outros critérios de análise da migração, de acordo com o Censo 2000, o migrante que chegou ao Distrito Federal nos últimos cinco anos é na maioria, jovens e adultas do sexo feminino. Tanto essas migrantes como os homens que migraram para o Distrito Federal após o dia 31 de julho de 1995 se encontram em idade ativa. Desta forma, infere-se que esse contingente populacional pretende se inserir no mercado de trabalho de forma que haja uma melhoria da sua condição social e econômica em relação à sua condição na residência de origem.

A relação da migração com a cor ou raça não se faz presente nesse estudo e muitos autores consideram a fragilidade de argumentos que os relacionem. De qualquer forma, o Censo Demográfico investiga esse aspecto ao perguntar de qual a cor ou raça o migrante se declara. Para o Distrito Federal no Censo 2000, a maioria dos migrantes que residiam nas regiões Norte e Nordeste nos últimos cinco anos se

declararam pardos. Já os migrantes que residiam nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, na sua maioria se declararam brancos.

Em relação à procedência da população que migrou para o Distrito Federal nos últimos cinco anos mantém-se o padrão observado nos outros critérios de conceituação do fenômeno migratório. As áreas urbanas das regiões Nordeste e Sudeste são os maiores polos de emissão de migrantes para o Distrito Federal juntamente com o estado de Goiás que historicamente possui participação acentuada no número total de migrantes que chega à capital do país.

Por fim, os dados sobre a escolaridade do migrante recente para Distrito Federal permitem deduzir as condições socioeconômicas que esses migrantes irão possuir na UF de destino. As informações do Censo Demográfico de 2000 confirmam o histórico atraso que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem. O menor desenvolvimento econômico das regiões e conseqüentemente as piores condições educacionais são traduzidas nos números obtidos no Censo. Mais da metade dos migrantes que em 31 de julho de 1995 residiam nessas regiões cursaram, no máximo, o ensino fundamental de sete anos de estudo, podendo ser classificados como de baixa escolaridade.

Em consequência da escolaridade, a posição que esses migrantes irão ocupar no mercado de trabalho será inferior aos residentes, migrantes ou não, que possuem maior qualificação. Mantendo a tradição de regiões econômica e socialmente mais desenvolvidas, as regiões Sul e Sudeste possuem os migrantes com mais alta escolaridade. Mais da metade dos migrantes recentes originários dessas regiões do Brasil tiveram, no Censo Demográfico de 2000, mais de 7 anos de estudo, com parcela significativa dessa população com alta escolaridade, isto é, tendo mais de 11 anos de escolaridade.

Os dados corroboram que as diferenças regionais no nível e qualidade educacional no Brasil persistem e que essas diferenças se refletem na condição econômica da população. Para os migrantes essas diferenças certamente são fundamentais na

motivação da migração e na condição social, econômica, educacional e cultural que eles terão no lugar de destino. Através de outras fontes de dados sobre migração como a PNAD 2009, é possível aprofundar a análise da relação escolaridade-condição socioeconômica e entender como os migrantes se inserem no mercado de trabalho do Distrito Federal.

5 OUTRAS FONTES DE DADOS SOBRE MIGRAÇÃO

A obtenção de dados sobre migração pode ser feita de diferentes maneiras, seja através de uma pesquisa de campo pontual ou através de levantamentos contínuos. O que deve ser levado em conta, nas análises dos resultados obtidos, são as possíveis comparações e os limites metodológicos de cada pesquisa. As principais fontes de dados sobre a migração no Brasil são os Censos Demográficos e as Pesquisas por Amostras de Domicílios. Outras fontes são as pesquisas municipais, as pesquisas estaduais como a PDAD e as pesquisas organizadas por centros de ensino e/ou institutos de pesquisa como, por exemplo, o IPEA.

A PNAD é um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil. A PNAD se constitui de um questionário básico que investiga todos os anos, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação. Com periodicidade variável e de acordo com as necessidades de informação para o País, o suplemento de assuntos específicos da PNAD investiga as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas.

Os quesitos sobre migração foram incluídos na PNAD em 1992 e atualmente permitem identificar a UF de naturalidade do migrante, a UF de residência anterior e a UF de residência cinco anos antes da data do levantamento. Dessa forma, diferentemente dos resultados do Censo, não é possível identificar o município de origem do migrante e as análises ficam restritas às UFs, o que pode ser considerado como uma limitação da PNAD. Outros obstáculos no uso da PNAD para coleta de dados sobre a migração é a falta de informação da área rural da região Norte e a imprecisão das estimativas feitas pela expansão da amostra através de projeções demográficas. Apesar dessas limitações, a PNAD é fonte fundamental para acompanhamento das tendências migratórias por conta da sua periodicidade anual.

Para um melhor entendimento das características e da ligação entre o nível de escolaridade e a condição sócio econômica do migrante para o Distrito Federal, os dados da PNAD 2009 são esclarecedores e confirmam as reflexões feitas baseadas nas informações referentes ao Censo Demográfico de 2000.

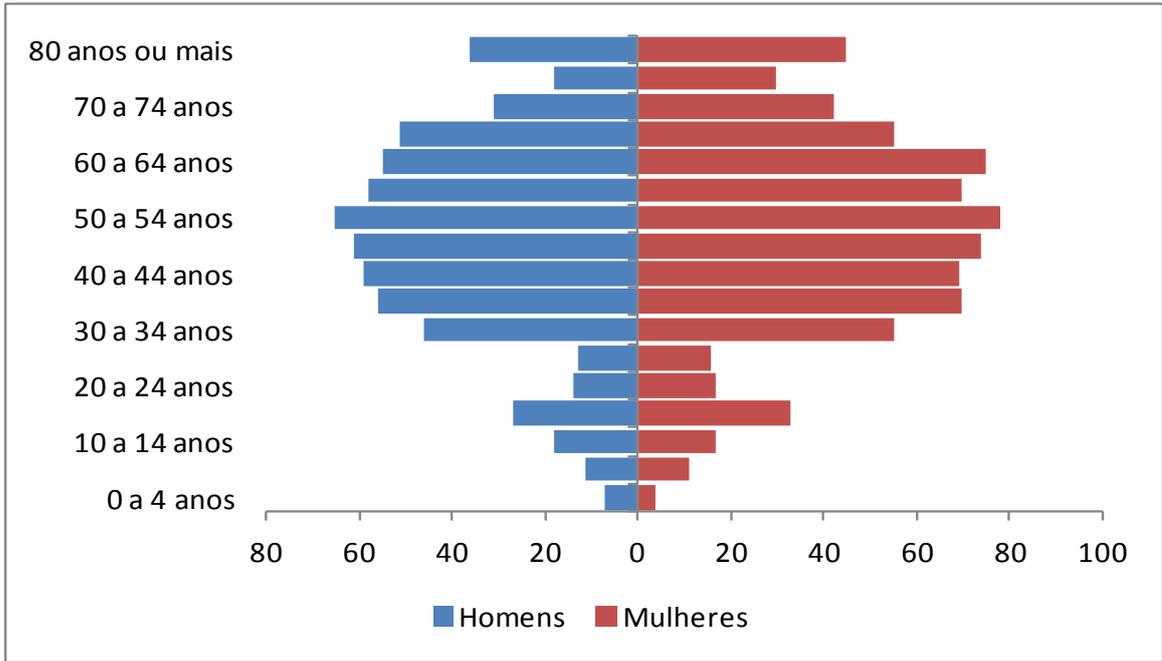
Segundo a PNAD 2009, o Distrito Federal possui 1.327.000 pessoas não naturais da UF, representando 51,6% da população total. Essa população se constitui, na sua maioria, de mulheres com idade acima dos 24 anos e que residem na área urbana conforme a tabela 6.

Tabela 6 – População não natural do Distrito Federal, por sexo e situação de domicílio de residência, segundo a naturalidade.

Naturalidade	População residente (1000 pessoas)				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Total	2.571	1.219	1.352	2.420	151
Naturais	1.244	618	626	1.203	58
Não naturais	1.327	601	726	1.217	93

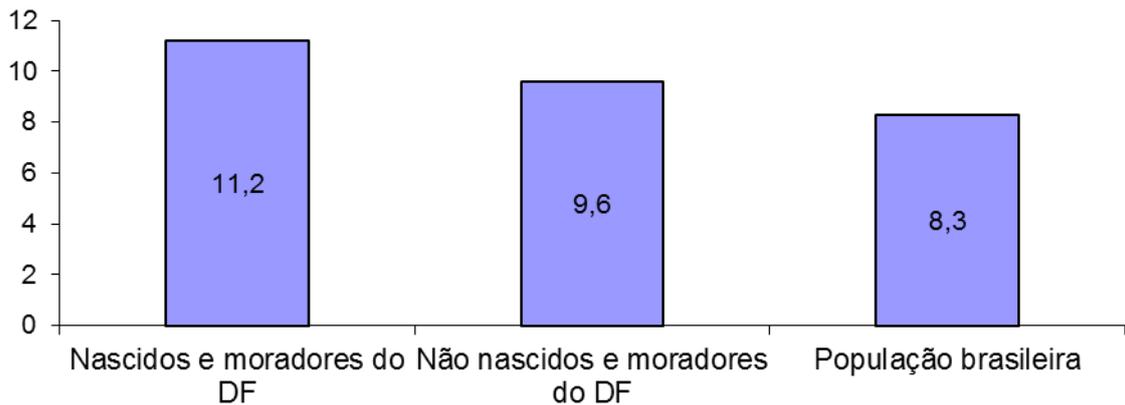
Fonte: IBGE, PNAD 2009.

A pirâmide etária (gráfico 6) mostra com se distribui por sexo e faixa etária a população não natural do Distrito Federal segundo a PNAD 2009. Através da sua observação pode-se perceber que a maior concentração de pessoas não naturais no Distrito Federal se dá em idade adulta, com grande participação de pessoas idosas, indicando que essas pessoas vieram para Brasília nos primeiros anos da capital do país. O número pequeno de crianças ocorre porque, na maioria das vezes, as pessoas que migram em idade ativa não possuem filhos e buscam a estabilidade financeira e a melhoria da condição econômica. Só depois de se inserir no mercado de trabalho do lugar de destino a população começa a constituir famílias e, conseqüentemente o número de crianças e jovens naturais da UF aumenta em relação à população total.



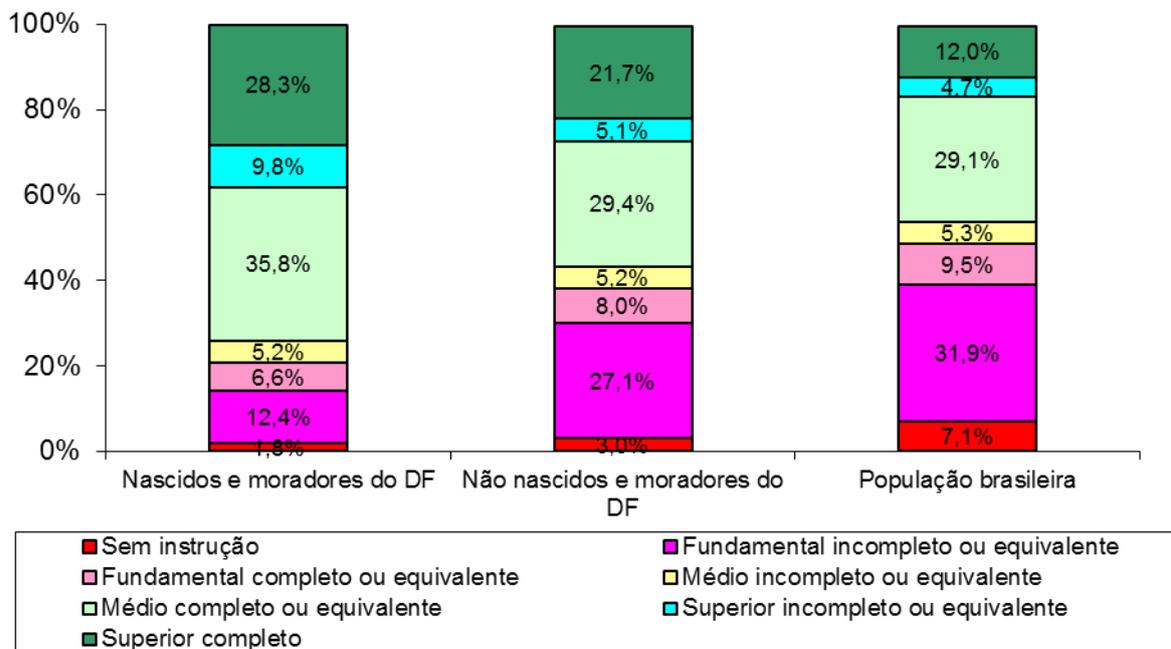
Fonte: IBGE, PNAD 2009.
 Gráfico 6 - Pirâmide etária da população residente não natural do Distrito Federal (1000 pessoas).

Utilizando dados da PNAD, Araújo (2012), salienta que é importante a comparação através de gráficos de indicadores que permitem uma melhor visualização da condição de escolaridade média, de nível de instrução, de posição na ocupação e de renda domiciliar per capita dos nascidos e dos não nascidos no Distrito Federal e que lá residem.



Fonte: Araújo (2012).
 Gráfico 7 - Anos médios de estudo das pessoas de 25 a 49 anos de idade, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009.

A análise do gráfico 7 apresentado acima permite a consideração de que os naturais do Distrito Federal possuem mais anos de estudo do que os não naturais. Entretanto, em ambos os casos existe uma superação da média de anos de estudo do país. O gráfico 8 complementa o anterior, no sentido de que aprofunda o conhecimento acerca do nível de instrução da população residente no Distrito Federal, comparativamente à população brasileira. Com isso fica evidente que o padrão educacional no Distrito Federal é, apesar de ainda distante do ideal de educação de um país desenvolvido, superior à média nacional. Admite-se, portanto, que o padrão de vida, incluindo condição econômica, escolaridade e condição social no Distrito Federal é maior que a média do Brasil.

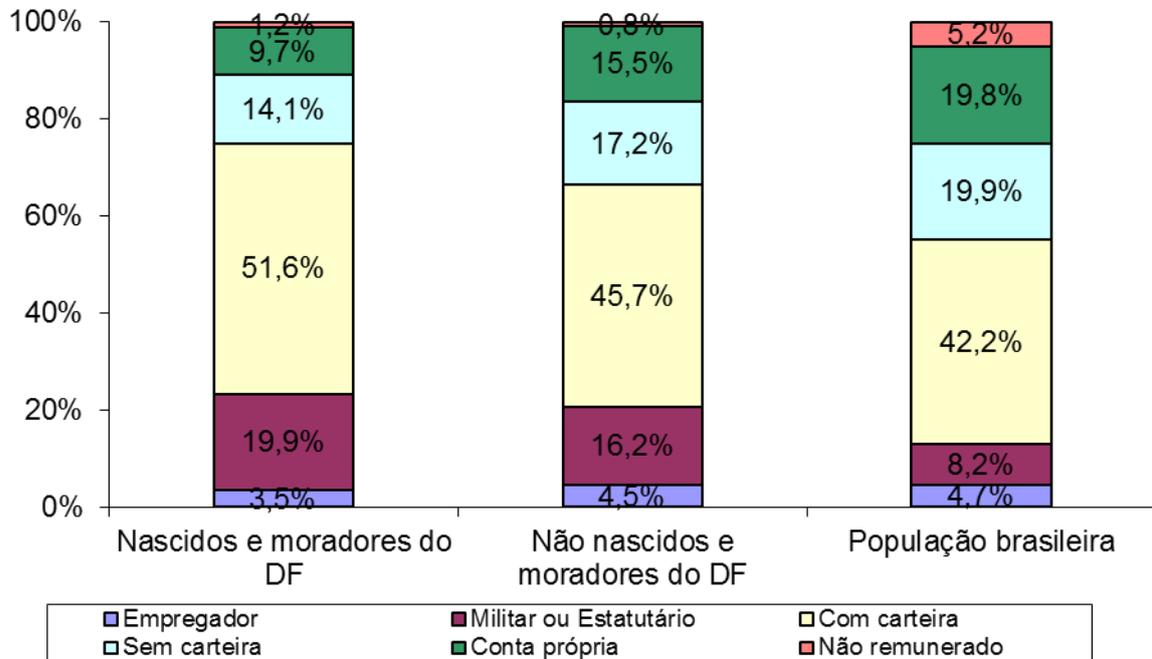


Fonte: Araújo (2012).

Gráfico 8 - Nível de Instrução alcançado pelas pessoas de 25 a 49 anos, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009.

Através dos gráficos 7 e 8 observa-se que dentro do Distrito Federal os naturais da UF possuem maior escolaridade que os não naturais. Complementando os dados do Censo Demográfico de 2000 e excluindo-se da análise as diferenças de escolaridade diante das regiões de procedências dos migrantes, os dados da PNAD confirmam que os migrantes para o Distrito Federal, em geral, possuem menor

número de anos de estudo que os residentes naturais, situação esta que se reflete na renda e ocupação do migrante no mercado de trabalho do Distrito Federal.



Fonte: Araújo(2012)

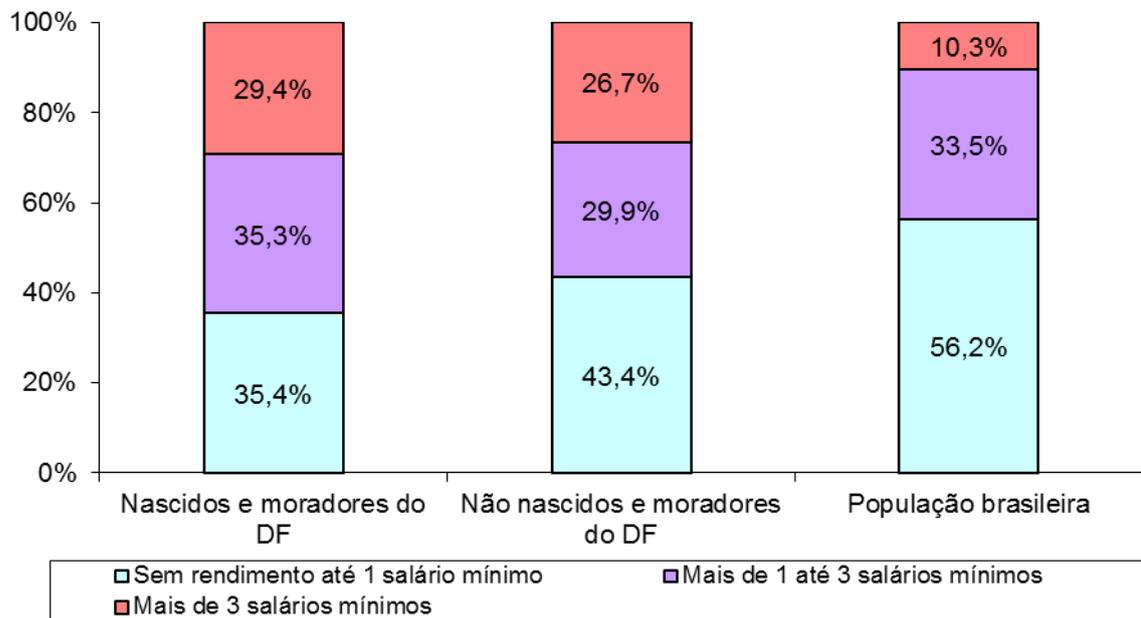
Gráfico 9 – Posição na ocupação das pessoas de 25 a 49 anos, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009.

Como reflexo da escolaridade, a posição na ocupação e o rendimento domiciliar per capita são indicadores que completam o entendimento das particularidades do migrante para o Distrito Federal. Observando-se o gráfico 9 pode-se visualizar a distribuição na posição de ocupação das pessoas de 25 a 49 anos naturais ou não naturais do Distrito Federal e da população brasileira. Para os residentes do Distrito Federal há um predomínio de pessoas com carteira ou que trabalham para o Estado ou para o serviço militar. Os naturais do Distrito Federal levam uma pequena vantagem em relação aos não naturais nessas categorias. A predominância dessas ocupações se justifica pela função administrativa da capital do país que exige uma maior concentração de empregos diretamente ligados à área militar e ao serviço público federal. A configuração do Distrito Federal como um polo de serviços dentro da região Centro-Oeste faz com que um grande número de empregadores e de pessoas que trabalham por conta própria se concentre no Distrito Federal. Nesse

sentido, os não naturais do Distrito Federal são proporcionalmente mais numerosos que os naturais como corrobora a afirmação de Oliveira, (2011, p. 22):

Observa-se, entretanto, no decorrer da existência de Brasília, uma visível mudança no foco e perfil do migrante. Enquanto nas décadas iniciais a construção civil atraía migrantes que variavam do engenheiro ao ajudante de obra, do profissional mais especializado ao de menor nível de escolarização, já há algum tempo o setor terciário vem se fortalecendo e hoje se constitui, possivelmente, no principal foco de convergência dos migrantes.

O rendimento domiciliar per capita das pessoas de 25 a 49 anos que residem no Distrito Federal é superior à média nacional nas mesmas condições (gráfico 10). Como os naturais do Distrito Federal possuem maior escolaridade e melhor posição na ocupação é coerente o maior rendimento dessa população. Para os não naturais é menor o rendimento diante do menor nível de instrução dos migrantes em relação aos não migrantes e diante do maior percentual de trabalhadores sem carteira ou que trabalham por conta própria.



Fonte: Araújo (2012)

Gráfico 10 – Renda das pessoas de 25 a 49 anos, por situação migratória no Distrito Federal. PNAD 2009.

Portanto, a análise dos dados do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD 2009 remetem à conclusão que os migrantes que se destinam ao Distrito Federal,

especialmente os procedentes das regiões Norte e Nordeste do país têm menor escolaridade. Consequentemente, a sua inserção no mercado de trabalho deve ser mais precária e a sua renda tende a ser menor. Desta forma, percebe-se que permanece o fluxo migratório dessas regiões mais pobres do país em direção às mais desenvolvidas, incluindo-se o Distrito Federal. A UF se constitui como polo de atração de migrantes que buscam melhores condições econômicas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração no Censo Demográfico 2000 foi abordada sob três aspectos: o lugar de nascimento, o lugar de residência anterior segundo o tempo ininterrupto de residência atual e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa. Os resultados encontrados para a migração no Distrito Federal são apresentados através dos três enfoques e, apesar das diferenças na forma de se medir a migração, a avaliação das respostas conduzem a um mesmo perfil. O migrante do sexo feminino, originário e destinado a uma área urbana e com idade entre 15 e 59 anos configura a maior parte dos migrantes do Distrito Federal segundo os três critérios considerados pelo IBGE.

De acordo com o critério do lugar de nascimento, a população não natural do Distrito Federal se caracteriza por ser, na sua maioria, do sexo feminino e em idade ativa de 15 a 59 anos. A predominância do sexo feminino entre os migrantes para o Distrito Federal se dá desde o Censo Demográfico de 1980 até o de 2000. Em 1970 houve uma pequena superioridade da população masculina de migrantes para o Distrito Federal. A fixação destes migrantes ocorre predominantemente em área urbana em todos os Censos Demográficos do Distrito Federal, reforçando a característica essencialmente urbana da UF.

De acordo com o critério de residência anterior segundo o tempo ininterrupto de residência no Distrito Federal, além das características de sexo, situação de procedência e faixa etária, o migrante no Censo Demográfico de 2000 é, em sua maioria, nordestino e possui quatro ou menos anos de residência na UF. Apesar de, historicamente, o contingente migratório do Distrito Federal se alternar entre as diferentes regiões de procedência, desde o Censo Demográfico de 1980 a região Nordeste se consolidou como principal região de procedência destes migrantes. Os fatores sociais e econômicos são os principais fatores de repulsão da região indicando que esta ainda se configura como polo de emigração no país.

O tempo ininterrupto de residência permite inferir as condições de vida dos migrantes para o Distrito Federal. Os dados mostram que nem sempre os migrantes que se destinam ao Distrito Federal permanecem residindo na UF. A maioria da população migrante no Censo Demográfico de 2000 possui apenas um ano de residência no Distrito Federal. O pouco tempo revela que a UF ainda possui poder de atração migratória, mas que os migrantes, ao chegarem, encontram adversidades que nem sempre são superadas.

Entre as dificuldades que os migrantes encontram estão a dificuldade de fixação no solo urbano devido aos altos preços de moradia, especialmente na região central do Distrito Federal, e a precária inserção no mercado de trabalho da capital do Brasil. Os obstáculos que se interpõem aos migrantes conduzem a uma insatisfação das expectativas da migração, ocasionando, muitas vezes, um deslocamento para as áreas de entorno do Distrito Federal, uma nova migração ou uma migração de retorno.

O critério da Data Fixa utilizado para aferição do perfil do migrante no Distrito Federal no Censo Demográfico de 2000 revela que a migração é, em sua maior parte, urbano-urbano, de mulheres em idade ativa e que são originárias dos estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais. Apesar da cor ou raça dos migrantes não influenciar o processo migratório e a situação econômica e social no lugar de destino, o questionamento sobre este aspecto no Censo Demográfico de 2000 remete aos dados em que se sobressaem brancos e pardos migrantes para o Distrito Federal.

A escolaridade da população migrante é um quesito fundamental para examinar a renda que estes irão obter no lugar de destino, já que estes dois aspectos estão intimamente relacionados e condicionados. A baixa escolaridade relacionada à renda se constitui num fator de causa e efeito da migração já que ao realizar a migração, o migrante busca a melhoria das suas condições de vida através do aumento da sua renda. Como o nível de qualificação do migrante, especialmente daquele que vem das regiões de menor desenvolvimento econômico, é baixo, ele

não consegue se inserir no mercado de trabalho da localidade de destino. Desta forma, o migrante de baixa escolaridade não consegue atingir o objetivo da sua migração, muitas vezes retornando ao lugar de origem. Já os migrantes de alta escolaridade, principalmente aqueles que são originários das regiões econômica e socialmente mais desenvolvidas do país, tendem a se fixar na localidade de destino e obter a renda desejada ao realizar a migração.

Os dados da PNAD 2009 complementam os dados do Censo Demográfico de 2000 ao abordar a escolaridade relacionada à renda de forma mais atual. Através destas duas fontes de dados pode-se concluir que o migrante para o Distrito Federal, independente da sua região de origem, possui uma escolaridade superior à média do país. As informações sobre os anos de estudo das pessoas que migraram para o Distrito Federal cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico de 2000 corroboram a ocorrência da desigualdade regional que prevalece no Brasil ao revelar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem os menores níveis de escolaridade. As regiões Sul e Sudeste se destacam como as que fornecem o maior número de migrantes com alta escolaridade.

Como consequência do nível de escolaridade está o nível econômico que o migrante irá obter na localidade de destino. A PNAD 2009 trata da posição na ocupação e do rendimento domiciliar per capita permitindo a visualização da relação causal desses indicadores com os anos de estudo da população migrante. A conclusão a que as informações remetem é que os migrantes para o Distrito Federal possuem uma menor renda em relação aos não migrantes e a ocupação em áreas de serviços, seja por conta própria ou com carteira assinada, é maior por pessoas que migraram.

A análise dos dados sobre sexo, faixa etária, situação de domicílio, cor ou raça, renda e escolaridade do migrante permitem a construção do perfil da população que migrou para o Distrito Federal nos últimos anos. As informações corroboram que as diferenças regionais do Brasil se refletem nas características dos migrantes que, a depender da região de origem, possuem uma melhor ou uma pior condição de adaptação e fixação na localidade de destino. Ao considerar as informações dos

Censos Demográficos e da PNAD foi possível confirmar as questões levantadas teoricamente que apontavam para um migrante mais adaptado às condições de vida no lugar de destino e mais apto para atuar no mercado de trabalho priorizado nestas localidades, porém, que ainda encontra dificuldades ao concorrer com os não migrantes, muitas vezes tendo no lugar de destino, uma condição de vida que não atende às suas expectativas ao realizar a migração.

No caso específico do Distrito Federal, permanece a migração espontânea e a organizada. Na atualidade, a migração organizada se caracteriza pela busca de novas oportunidades de trabalho no serviço público federal e distrital e a migração espontânea se apoia na oferta do setor de serviços que, seguindo a tendência do Brasil como um todo, se configura no Distrito Federal como principal fator de movimentação da economia. Portanto, apesar da forte atração migratória que o Distrito Federal ainda exerce, a condição socioeconômica do migrante que chega à UF é, na maioria das vezes, inferior à condição da população não natural.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. E. Migração Interna no Brasil. **Mimeo**. Brasília, abr. 2012.

BARBOSA FERREIRA, I. C.; PAVIANI, A. As Correntes Migratórias para o Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, nº 3133-162, jul./set. 1973.

BECKER, B. K. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas. In: BECKER, B. K. et al. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília:UNB; Rio de Janeiro:UFRJ, 1990, pp. 89-109.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações, 2009, Belo Horizonte. **Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações**. Campinas: ABEP, 2009. v.1.

CAIADO, M. C. S. A migração Intrametropolitana e o processo de estruturação do espaço urbano na RIDE. In: HOGAN, D. J.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. do. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002, p. 111-156.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001, 5ª ed.

GARCIA, F. GOLDBAUM, S. e LUCINDA, C. **Falhas de mercado, eficiência econômica e justiça distributiva: justificativas teórico-empíricas para políticas sociais**. Relatório de Pesquisa. Núcleo de Pesquisas e Publicações da EAESP/FGV-SP. São Paulo, 1998.

GREENWOOD, M. J. Migrações internas nos Estados Unidos: uma revisão da literatura. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 467-537. (Estudos econômicos e sociais, 4).

JARDIM, A. P. A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e análises: Informação demográfica e socioeconômica, n.1)

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p.89-114. (Estudos econômicos e sociais, 4).

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: **Seminário Metodológico dos Censos Demográficos: censos, consensos e contra-censos**, Ouro Preto-MG: Abep, 1984. p. 183-214.

MENEZES, M. L. P., Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n.69 (45), ago. 2000.

OLIVEIRA, A. T. R. Reflexão teórica: algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e análises: Informação demográfica e socioeconômica, n.1).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, H. A. de. (Coord.). **Migrações Internas**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 311-354. (Estudos econômicos e sociais, 4).

PAVIANI, A. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Espaço & Geografia**, v.10, n.1, p. 1-22, 2007.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração. In: MOURA, H. A. de. (Coord.). **Migrações Internas**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. (Estudos econômicos e sociais, 4).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec. 2º ed., 1997.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 211-244. (Estudos econômicos e sociais, 4).

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BARCELLOS, T. M. de. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, (16)1: 296-309,1995. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1755/2123> Acesso em: 11abr.2012.

BRAGA, F. G.; SANTOS, C. F. Novos padrões da migração no Brasil: um estudo do perfil socioeconômico dos migrantes internos entre 1980 e 2000. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010. Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, ENG, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2732>> Acesso em: 20 jun.2011.

BEZERRA, L. M. C. e CLEPS JR., J. **O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações do espaço agrário de Goiás**, 2012. Disponível em < <http://vestibular.wikidot.com/apo:geo:des-agri-centro-oeste-brasil>> Acesso em: 15 mai.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 21.out.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 21.jun.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000. Migração e Deslocamento. Resultado da Amostra**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 12.out.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Distrito Federal. 1970**. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 12.out.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Distrito Federal. 1980**. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 07.mai.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Distrito Federal. 1991**. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 07.mai.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Síntese de indicadores 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf> Acesso em: 6 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das Cidades 2007**. Disponível em:

< <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>> Acesso em: 16 jul. 2012.

MAGALHÃES, A. M.; SIQUEIRA, L. B. O. de; NETO, R. da M. S. : Uma Análise da Migração de Retorno no Brasil: perfil do migrante de retorno, a partir do Censo de 2000. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, Minas Gerais, 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008>> Acesso em: 08.mai.2012.

QUEIROZ, E. P. de. A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, Minas Gerais, 2006. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006>> Acesso em: 08.mai.2012.

VASCONCELOS, A. M. N. et al. Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o aglomerado urbano de Brasília. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006. Caxambú. **Anais eletrônicos...** Caxambú, ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_299.pdf> Acesso em: 6 jul. 2011.

Apêndice A – O Censo Demográfico de 2010

O Censo Demográfico de 2010 foi realizado no período de 1º de agosto a 31 de outubro de 2010, mobilizando 191 mil recenseadores que visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros coletando informações sobre as características da população do país.

Os resultados gerais da amostra do Censo Demográfico de 2010 foram divulgados em abril de 2012 para o Brasil, as Grandes Regiões, as Unidades de Federação e municípios, abrangendo dados sobre nupcialidade, fecundidade, mortalidade infantil, pessoas com deficiência, educação, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho e estudo, domicílios e migração.

Apesar da não divulgação do volume temático sobre migração, previsto para setembro de 2012, algumas considerações podem ser feitas acerca das informações já apresentadas nos resultados gerais da amostra com o objetivo de atualizar as informações sobre as migrações no Distrito Federal.

O Censo Demográfico de 2010 contabilizou para o Distrito Federal 2.570.160 pessoas sendo 1.228.880 homens e 1.341.280 mulheres. Desta população, aproximadamente 97% reside em área urbana, 69% encontra-se em idade ativa de 15 a 59 anos, 47,5% da população se declarou branca e 43,4% se declararam parda. Em relação à escolaridade, aproximadamente 65% da população de 10 anos ou mais de idade possui ao menos o ensino fundamental completo.

Em relação ao fenômeno migratório, o Censo Demográfico de 2010 contabilizou na população de 2.570.160 pessoas um total de 1.380.873 pessoas naturais do Distrito Federal e 1.189.287 pessoas não naturais. Em relação ao tempo ininterrupto de residência, a maioria dos não naturais do Distrito Federal reside na UF há mais de 10 anos conforme mostra a tabela A.1.

Tabela A.1 – Pessoas não naturais do Distrito Federal, por tempo ininterrupto de residência na UF. Ano 2010.

Tempo ininterrupto de residência	Pessoas não naturais da unidade da federação (Pessoas)	Pessoas não naturais da unidade da federação (Percentual)
Total	1.189.287	100,00
Menos de 1 ano	59.349	4,99
1 a 2 anos	103.745	8,72
3 a 5 anos	125.304	10,54
6 a 9 anos	125.418	10,55
10 anos ou mais	775.471	65,20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados da tabela apontam para um aumento do número de anos ininterruptos de residência do migrante no Distrito Federal. Em comparação ao Censo Demográfico de 2000, percebe-se que houve uma maior permanência do migrante no Distrito Federal. No Censo Demográfico de 2000, apesar da maior parte dos migrantes terem mais de 10 anos de residência no Distrito Federal, o número de migrantes recentes com até 4 anos de residência superava aqueles com 5 a 9 anos de residência, o que não ocorre no Censo Demográfico de 2010.

A explicação para o aumento de anos ininterruptos de residência dos migrantes no Distrito Federal se dá pela diminuição do fluxo migratório para a capital do país e pela permanência dos que migraram no período intercensitário. A redução na mobilidade espacial da população no Distrito Federal é um fenômeno que ocorreu em todo país entre os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010. Segundo o IBGE ², no Censo Demográfico de 2010, o Brasil tinha 26,3 migrantes para cada mil habitantes, número reduzido em comparação ao Censo Demográfico de 2000 que registrou 30,6 migrantes para cada mil habitantes.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da Amostra. ISSN 0104-3145. Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-239, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 29.abr.2012.

No Distrito Federal foi observado, além da diminuição da migração, um aumento nos migrantes retornados de 4,39% para 10,54%, contribuindo para a superação do número de pessoas naturais em relação aos não naturais, pela primeira vez desde a inauguração de Brasília. O crescimento populacional superior à média nacional e a consolidação da população natural do Distrito Federal, 50 anos após a sua inauguração, revelam a consolidação da importância da capital nacional. A posição de quarta maior população do Brasil confere ao Distrito Federal e à sua população as vantagens e as dificuldades de uma metrópole de influência econômica, política e social no país.

A liberação pelo IBGE dos dados finais de Censo Demográfico de 2010 possibilitará a ampliação e o maior detalhamento das pesquisas que buscam analisar as mudanças ocorridas no perfil da população residente, natural ou não natural, no Distrito Federal. O desenvolvimento destas permitirá também a formulação de considerações mais profundas e definições de perspectivas para o desenvolvimento futuro dessa população.